



RELATÓRIO FUNDAMENTADO PARA INÍCIO DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO DO PDM DE SOUSEL

RELATÓRIO FINAL



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993

Julho de 2018

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL	3
2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO NA REGIÃO	13
3. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO TERRITÓRIO CONCELHIO	15
3.1. Dinâmicas de crescimento e desenvolvimento concelhio	15
3.1.1. Dinâmica demográfica	15
3.1.2. Povoamento	18
3.1.3. Evolução do Parque Edificado	19
3.1.4. Dinâmica económica	22
3.2. Outras alterações com impacto no desenvolvimento concelhio	28
4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL	31
4.1. Execução do Plano Diretor Municipal.....	31
4.1.1. Transformação e ocupação do solo nos perímetros urbanos	31
4.1.2. Transformação e ocupação do solo rural.....	42
4.1.3. Infraestruturas viárias e acessibilidades.....	45
4.1.4. Sistemas de infraestruturas	47
4.2. Outros instrumentos de planeamento municipais.....	49
4.3. Avaliação dos níveis de coordenação interna e externa	53
5. ESTRATÉGIA PRELIMINAR DE ORGANIZAÇÃO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA O MUNICÍPIO.....	56

INTRODUÇÃO

O Relatório que seguidamente se apresenta corresponde ao *Relatório Fundamentado para Início dos procedimentos da Revisão do PDM de Sousel* e contempla as componentes que constam das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

A sua elaboração teve como objetivos principais fundamentar os Termos de Referência para a revisão do PDM, estabelecer as bases da Estratégia e do Modelo territoriais para Sousel.

O Relatório é composto pelas seguintes secções principais:

1. **Oportunidade de revisão do PDM de Sousel.** Esta secção apresenta:
 - o período de vigência do atual PDM e as alterações e correções efetuadas neste período;
 - as razões que justificam a necessidade da sua revisão e respetiva fundamentação, designadamente: (i) a necessidade de adequação do PDM à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, do território de Sousel que estiveram na base da sua elaboração; e (ii) a necessidade de adequação ao novo quadro legal e estratégico para a elaboração de Planos Territoriais e do PDM de Sousel em particular;
 - a necessidade de assegurar condições técnicas para a revisão do PDM, em particular a produção de cartografia atualizada e adequada nos termos legais em vigor.
2. **Enquadramento territorial de Sousel na Região**, que compreende uma breve sistematização de elementos que traçam a integração regional de Sousel no Alentejo.
3. **Principais transformações ocorridas nos últimos 20 anos e fatores de mudança**, que compreende a análise das dinâmicas de desenvolvimento concelhio e a sinalização de vetores de mudança em diversas componentes que interagem com o território.
4. **Avaliação da Execução do Planeamento Municipal**, que compreende, sobretudo, uma apreciação quantitativa e qualitativa da execução do PDM, e de outros instrumentos de planeamento municipal, bem como dos níveis de coordenação interna e externa. Esta componente foi desenvolvida em estreita colaboração com os Serviços Municipais e, em grande parte, com base nos elementos fornecidos pelos diversos Serviços.
5. **Estratégia Preliminar de organização, ordenamento e desenvolvimento territorial a considerar em sede de revisão do PDM**

O Relatório deverá acompanhar, para efeitos de fundamentação, a deliberação camarária que determinará a revisão do PDM de Sousel.

1. OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL

O PDM constitui o principal Instrumento de Gestão Territorial dos Municípios. A sua importância foi reforçada com as alterações introduzidas, em 2007, no Regime Geral dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que dotaram os Municípios de competências e atribuições que acrescem a sua responsabilidade em matéria de gestão do território.

Neste contexto, é fundamental que a dinâmica do PDM acompanhe a evolução das condições económicas sociais, culturais e ambientais do território, a sua compatibilização e conformidade com outros planos e a entrada em vigor de leis ou regulamentos que interfiram com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetam as mesmas.

O Plano Diretor Municipal de Sousel em vigor, foi aprovado pela Assembleia Municipal em 24 de setembro de 1997, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 130/99, de 26 de outubro e publicado no Diário da República, 1ª Série-B, em 26 de outubro de 1999.

Entre 2004 e 2015, foram efetuadas as seguintes alterações e correções materiais ao PDM:

- Alteração sujeita a regime simplificado (Declaração nº 104/2004, publicada no DR II Série, nº 102, de 30/04/2004). Correção da discrepância entre a planta de perímetro urbanos - Sousel, à escala 1/5000, e a Planta de Ordenamento, à escala 1/25000, mais concretamente no traçado do perímetro urbano na zona poente da Vila, adjacente à Zona industrial.
- Correção material ao Regulamento (Aviso nº 2251/2011, publicado no DR, II Série, nº 14 de 20/01/2011). Correção relativa à falta de indicação nos Artigos 47º e 48º de que os solos pertencem à RAN e à incorreção do índice de construção.
- Correção material – Planta do Perímetro Urbano de Santo Amaro (Aviso nº 2532/2011, publicado no DR II Série, nº 16 de 24/01/2011). Correção relativa ao desfasamento entre o perímetro identificado na Planta desse aglomerado urbano e o limite representado na Planta de Ordenamento, de Condicionantes e da REN, considerando este último.
- Alteração por adaptação do PDM de Sousel ao PROT do Alentejo (Aviso nº 2649/2011 publicado no DR II Série, nº 17 de 25/01/2011). Alteração da redação dos artigos nº 42º, 47º, 48º, 49º, 50º, 52º e 53º do Regulamento do PDM.
- Correção material - Planta do Perímetro Urbano de Cano (Aviso nº 11781/2011, publicado no DR II Série, nº 103 de 27/05/2011). Correção relativa ao desfasamento entre o limite do perímetro identificado na Planta desse aglomerado urbano e o limite representado nas Plantas de Ordenamento e da REN, considerando este último.

- Correção material – Plantas de Ordenamento e Condicionantes (Aviso nº 14424/2014, publicado no DR II Série, nº 249 de 26/12/2014). A correção considera nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes, a delimitação do perímetro urbano de Santo Amaro pela Carta da REN alterada.
- Alteração (Aviso nº 6567/2015, publicado no DR II Série, nº 113 de 12/06/2015). Nova redação dos Artigos 43º e 49º do Regulamento, no sentido do aumento do índice de construção nos espaços industriais, definição de novas regras para a autorização de atividades industriais e agropecuárias em solo rural, definição de novas regras, aplicáveis às edificações de unidades agropecuárias e industriais nos “*outros espaços agrícolas*”, e reclassificação de área de equipamento destinada à construção de um hipódromo em Souсел, em espaço industrial.

De acordo com o Artigo 4º do Regulamento, o PDM deveria ter sido revisto ao fim de 10 anos. Contudo, não foi ainda objeto de Revisão, processo que implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do Plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido e dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais (cf. Artigo 93º do DL nº 316/2007, de 16 de setembro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro).

Dezanove anos decorridos desde a data da aprovação do PDM, justifica-se a sua revisão pelas seguintes razões:

- ✓ *Necessidade de adequação do PDM à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, do território de Souсел que estiveram na base da sua elaboração*

Os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido (DL 80/2015, Artº93, nº2).

Na ausência de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território no Município de Souсел, que fundamentaria uma eventual necessidade de revisão dos Programas e Planos Territoriais, o presente Relatório tem como objetivo a avaliação da execução do planeamento municipal, em particular do PDM, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, e identificar as principais transformações ocorridas no território concelhio, assim, fundamentando a necessidade de revisão do PDM (DL 80/2015 de 14 de Maio - n.º 3 do artigo 189.º e nº 2 do 202).

- ✓ *Necessidade de adequação ao novo quadro legal e estratégico para a elaboração de Planos Territoriais e do PDM de Sousel em particular*

O PDM em vigor foi elaborado em conformidade com a legislação então vigente, designadamente o DL 69/90, de 2 de março, que enquadrava a elaboração dos PDM “de 1ª geração” e que se encontra ultrapassada, pois é anterior à primeira Lei de Bases (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto) e ao RJIGT (DL nº 380/99, de 22 de setembro).

Desde a sua aprovação, ocorreram sucessivas alterações legislativas, algumas das quais provocaram profundas alterações no quadro legal para o ordenamento do território em Portugal e, em particular, para a elaboração de Planos Territoriais. Os Municípios devem, até 2020, adaptar os seus Planos Diretores Municipais à atual Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e do Urbanismo.

O processo de revisão do PDM, deverá seguir, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos na Lei para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação, definidos no quadro legislativo atual, onde se destacam:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU). Este diploma revoga Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto).
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT.
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - Classificação do solo. Revoga o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, e estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do Solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional. Os critérios referidos aplicam-se aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

A delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), embora tratando-se de processos autónomos, integram os elementos fundamentais do PDM,

designadamente a Planta de Condicionantes. Depois da publicação dos novos regimes Jurídicos da REN e da RAN (Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro; e Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março), o Município não procedeu ainda à revisão destas condicionantes no território municipal, processos que deverão anteceder ou decorrer em paralelo com a revisão do PDM.

Após 1999, foram aprovados Programas e Planos Territoriais supramunicipais com incidência no Município de Sousel, a ter em conta na Revisão do PDM:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei nº 58/2007, de 4 de setembro), neste momento em processo de revisão¹.

A proposta de Alteração do PNPOT contempla, na Agenda para o Território (Programa de Ação): (i) uma proposta de diretrizes de coordenação e articulação para os Programas e Planos Territoriais, entre eles os PDM; e (ii) uma proposta de diretrizes de conteúdo para os Programas Regionais de Ordenamento do Território e para os Planos Diretores Municipais, dado que estes instrumentos são determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPOT.

Diretrizes de coordenação e articulação para os PDM:

- O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento fundamental do sistema de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território municipal e sendo de elaboração obrigatória. Pelo papel que desempenham no sistema de gestão territorial, os PDM devem ter um conteúdo estratégico reforçado. O PNPOT sublinha a necessidade destes planos reafirmarem a sua dimensão estratégica e de focarem os conteúdos regulamentares.

- O PNPOT aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais adaptativo nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para regulamentos municipais.

- A reclassificação do solo rústico para urbano, à luz do atual quadro legal é enquadrada por Plano de Pormenor. Reiterando o carácter estratégico do PDM, o PNPOT aponta para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais da reclassificação do

¹ O Período de Discussão Pública terminou em maio de 2018.

solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que prejudiquem a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

- Por outro lado, importa conciliar as orientações de reforço do carácter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste tipo de plano todas as disposições relativas à gestão do território, incluindo as decorrentes de PE e PS, encontrando mecanismos de integração adequados.

- É essencial melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios, construindo um edifício de planeamento e gestão mais integrado e que melhor responda aos desafios dos territórios e à salvaguarda de pessoas e bens.

- Os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) desenvolvem os PDM e nesse seguimento devem igualmente considerar os quadros de referência nacionais e regionais.

- O PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU.

Diretrizes de conteúdo para os PDM:

- Explicitar a estratégia territorial municipal e as decorrentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas, identificando princípios e objetivos.

- Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial, tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.

- Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.

- Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.

- Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.
- Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPT e desenvolvidas pelos PROT.
- Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
- Integrar estratégias, abordagens e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação da paisagem.
- Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico.
- Identificar os passivos ambientais e o solo com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.

- Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu entretanto aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura.

- Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (RCM nº 53/2010, publicada no DR 148 I Série, de 2/8/2010; primeira retificação - Declaração Retificativa 30-A/2010, publicada no DR nº 192I Série de 1/09/2010), cujas orientações estratégicas deverão ser consideradas na elaboração do PDM.

O PROT define o quadro de referência estratégico regional, orientador para o Planos Territoriais, estabelece orientações e diretrizes específicas para a definição dos regimes de ocupação, uso e transformação do solo, tendo em consideração preocupações relevantes de interesse nacional e regional, nomeadamente a minimização de vulnerabilidades e salvaguarda de riscos, o combate à edificação dispersa e isolada e à fragmentação da propriedade, a mobilidade sustentável, o uso eficiente dos recursos e a sua valorização. O Modelo Territorial sublinha a centralidade do sistema urbano regional assente numa organização policêntrica, como estrutura fundamental de suporte à coesão territorial e ao desenvolvimento sub-regional.

O Município procedeu à alteração, por adaptação, do PDM de Sousel ao PROT do Alentejo (Aviso nº 2649/2011 publicado no DR II Série, nº 17, de 25/01/2011). Foi alterada a redação dos Artigos nº 42º, 47º, 48º, 49º, 50º, 52º e 53º do Regulamento do PDM.

- Plano Nacional da Água (DL nº 76/2016, publicado no DR nº 215 I Série, de 9-11-2016).
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5). Primeira publicação no DR nº 181 I Série, de 20-09-2016, pela RCM nº 52/2016. Primeira retificação publicada no DR nº 222, I Série, de 18-11-2016, pela Declaração Retificativa. 22-B/2016.
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (Decreto Regulamentar nº 36/2007, publicado no DR nº 65, I Série, de 2/04/2007).

Não existe qualquer Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT) eficaz com incidência no Município de Sousel.

Deverão ainda ser considerados os seguintes referenciais estratégicos de desenvolvimento regional e sub-regional:

- Plano de Ação Regional - Alentejo 2020;
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2014-20
- Estratégia Integrada de Desenvolvimento territorial do Norte Alentejano para o período 2014-20, que considera os seguintes quatro objetivos: 1 - Reforçar as condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional, 2 - Reforçar e qualificar os serviços coletivos de proximidade...; 3 - Promover a inclusão ativa dos grupos mais vulneráveis; e 4 - Promover o empreendedorismo, a competitividade do tecido empresarial e a criação de emprego.

Ao longo do processo de revisão do PDM, será ainda importante acompanhar a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Regional, a elaborar no contexto da preparação do próximo Quadro Comunitário para o período 2020 - 30.

✓ *Desadequação e desatualização da cartografia que serviu de base à elaboração do PDM*

A cartografia produzida, teve por base cartas militares 1:25.000 em suportes analógicos, o que gerou incongruências gráficas e situações de inconformidade entre as Plantas do PDM e obrigou já a correções materiais das Plantas dos perímetros urbanos.

Neste momento, a Câmara Municipal não tem cartografia atualizada homologada pela Direção Geral do Território (DGT). A cartografia disponível não está atualizada, não é adequada às necessidades de gestão territorial e não corresponde às exigências e normas atuais em matéria de produção cartográfica a utilizar na elaboração das Plantas dos Planos Territoriais, fixadas na legislação mais recente:

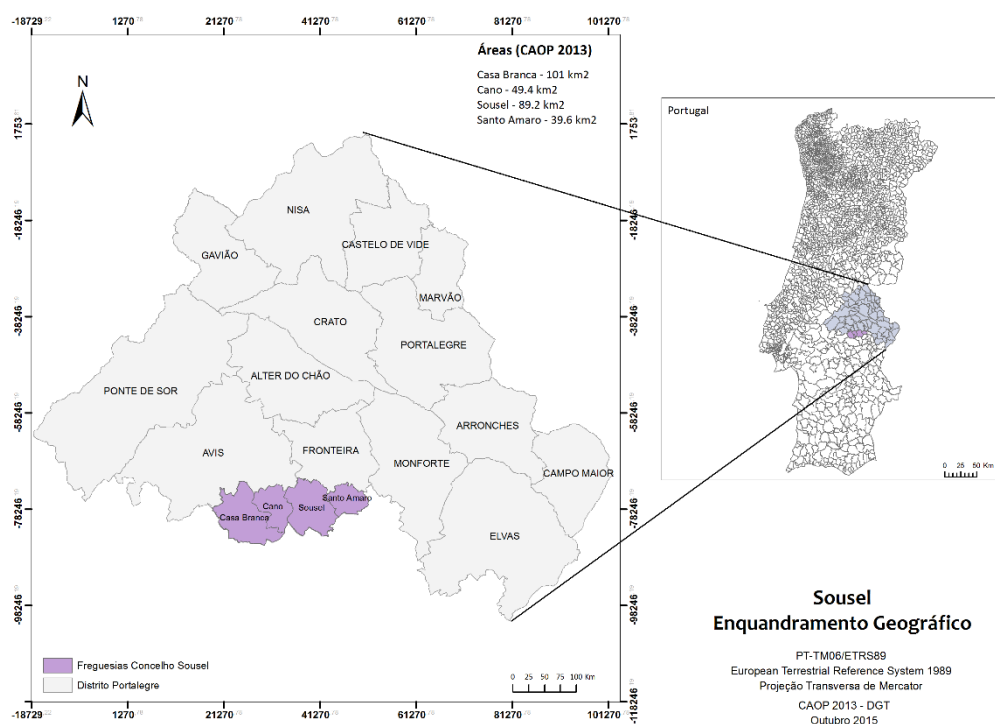
- Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro – Normas da produção cartográfica. Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, e revoga o Decreto-Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, que fixa a cartografia a utilizar nos IGT, bem como na representação de quaisquer condicionantes.
- Regulamento n.º 142/2016 de 9 de fevereiro de 2016 (DR, 2.ª série N.º 27). Emanado do Decreto-Lei n.º 141/2014 de 19 de setembro - normas da produção cartográfica, e regulamenta as Normas e Especificações Técnicas da Cartografia a observar na elaboração das Plantas dos Planos Territoriais.

O Município de Sousel encontra-se em processo de aquisição de cartografia homologada à escala 1:10.000 para todo o seu território, no âmbito de um projeto intermunicipal, desencadeado pela CIM do Alto Alentejo.

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO NA REGIÃO

O Concelho de Sousel, situado na Região Alentejo, Distrito de Portalegre, integra a NUT III do Alto Alentejo, desde 2013. À data de elaboração do PDM, integrava o NUT III do Alentejo Central. O Concelho é limitado a norte pelos municípios de Avis e Fronteira, a leste e sul por Estremoz, a sudoeste por Arraiolos e a oeste por Mora. Encontra-se a uma distância de 16kms de Estremoz e sensivelmente equidistante de Portalegre, Évora e Elvas (45-50km).

Figura 1 - Mapa de enquadramento geográfico do Concelho de Sousel



Com uma área de 279 Km² e 5.074 habitantes em 2011, densidade (18,2 hab/km²) compreende 4 freguesias: Sousel (1.932), Cano (1.266), Casa Branca (1.232) e Santo Amaro (644). As quatro sedes de freguesia, com o mesmo nome, constituem as principais áreas urbanas do Concelho, com uma dimensão relativamente equilibrada.

O Concelho de Sousel é servido por estradas nacionais (N245 e N372²) e por estradas municipais que, no conjunto, estabelecem ligações com a Auto-estrada A6 (Auto-estrada do Alentejo Central que assegura a principal ligação entre Lisboa e Espanha) e pelo Itinerário principal IP2 (ligação entre o norte e o sul de Portugal pelo Interior do País).

² Essa estrada foi desclassificada no final dos anos noventa e transformada em Estrada Municipal (EM 372).

As distâncias de Sousel (km) a principais destinos são as seguintes: Portalegre (57 km); Évora (59 km); Badajoz (70 km); Lisboa (191 km); Faro (310 km); e Porto (420 km).

Sendo um concelho de charneira entre o Alto Alentejo e o Alentejo Central, as relações repartem-se, sobretudo, com Portalegre e com Estremoz e Évora em razão também das diferentes proximidades das freguesias (Santo Amaro, mais próxima de Portalegre; Cano e Casa Branca, mais próximas de Évora) as quais originavam diferentes graus de conexão, algo que o encurtamento das distâncias tempo tem atenuado.

As ligações económicas mais fortes ocorrem com Estremoz, em função da proximidade e de uma oferta comercial e de serviços variada. A nível escolar, Sousel apenas recentemente tem ensino secundário, na vertente vocacional, pelo que a larga maioria da população escolar deste nível de ensino se deslocava diariamente para Estremoz, no passado.

As ligações são predominantemente em direção a Évora, onde se localizam vários consultórios privados com especialidades diversificadas, bem como a urgência de saúde mais próxima em funcionamento 24 horas por dia. Ao longo do tempo a existência de oportunidades de emprego tem constituído um forte polo de atratividade de residentes.

Com Portalegre, sede do Distrito e de parte significativa da máquina administrativa e de alguns serviços desconcentrados do Estado Central, as relações são, sobretudo, institucionais mas também ao nível dos serviços de saúde (urgência).

O Modelo territorial do PROT do Alentejo, enquadra Sousel nos seguintes sistemas e sub-sistemas territoriais:

- ✓ **Sistema urbano e de suporte à coesão territorial** - a sede de Concelho (Vila de Sousel), faz parte do sub-sistema urbano do Alto Alentejo, polarizado por Portalegre, Elvas/Campo Maior e Ponte de Sor, onde ocupa a posição de Centro Complementar (3º nível da hierarquia do sistema regional policêntrico). Estes Centros, com funções urbanas menos especializadas, contribuem para níveis mínimos de consolidação de redes de proximidade, para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais.
- ✓ **Sistema ambiental e riscos** - no que respeita ao Subsistema Unidades de Paisagem, o concelho enquadra-se maioritariamente nas Unidades Peneplanície do Alto Alentejo e Montados. Quanto ao Subsistema de riscos e naturais e tecnológicos, os principais perigos ambientais com incidência no território concelhio, são a desertificação, situação comum a quase todo o Alentejo, e o elevado grau de vulnerabilidade à contaminação de uma importante reserva de água subterrânea - o aquífero de Estremoz-Cano.

- ✓ **Sistema da base económica regional** – Sousel enquadra-se principalmente nas áreas de produção agro-industrial - Olival e Montado. A área de vinha, que marca de forma assinalável o uso do solo em alguns concelhos do Norte Alentejano, embora tradicionalmente com pouca expressão, tem vindo a ganhar importância no concelho. No que respeita ao Subsistema das atividades agro-florestais, destaca-se a dominância dos sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris. Este enquadramento confere-lhe potencialidades de especialização nas fileiras do montado e da indústria agroalimentar.

3. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO TERRITÓRIO CONCELHIO

Esta Secção tem por finalidade identificar as principais transformações ocorridas nos últimos 20 anos no território concelhio e os fatores de mudança (endógenos e exógenos, com impacto no Concelho) a ter em conta nos novos desafios, na definição de novos objetivos de desenvolvimento e de ordenamento do território, bem como de critérios de sustentabilidade.

3.1. Dinâmicas de crescimento e desenvolvimento concelhio

Análise evolutiva entre 1998 e 2017 dos fatores endógenos e exógenos, destacando as principais alterações endógenas e no contexto regional com impacto no desenvolvimento e no posicionamento do concelho de Sousel na Região.

3.1.1. Dinâmica demográfica

↳ *População residente*

Ao longo das últimas duas décadas o Alto Alentejo tem vindo a perder população de forma acentuada, apresentando uma população muito envelhecida, obrigando a mobilizar cada vez mais recursos para o apoio social e de saúde aos segmentos envelhecidos da população residente e limitando também a capacidade de renovação demográfica e de dinamismo empreendedor. Sousel segue esta tendência e, na comparação com os concelhos da sub-região, integra o grupo de concelhos que entre 2001 e 2011 apresentam um comportamento mais regressivo, ou seja, acima da média do Alto Alentejo (variação negativa de 6,7%).

Quadro 1 - Evolução da População Residente (2001-2011)

	2001	2011	Variação (%)
Continente	9.869.343	10.047.621	1,8
Alentejo	776.585	757.302	-2,5
Alto Alentejo	127.018	118.506	-6,7
Sousel	5.780	5.074	-12,2
Alter do Chão	3.938	3.562	-9,5
Arronches	3.389	3.165	-6,6
Avis	5.197	4.571	-12,0
Campo Maior	8.387	8.456	0,8

	2001	2011	Variação (%)
Castelo de Vide	3.872	3.407	-12,0
Crato	4.348	3.708	-14,7
Elvas	23.361	23.078	-1,2
Fronteira	3.732	3.410	-8,6
Gavião	4.887	4.132	-15,4
Marvão	4.029	3.512	-12,8
Monforte	3.393	3.329	-1,9
Nisa	8.585	7.450	-13,2
Ponte de Sor	18.140	16.722	-7,8
Portalegre	25.980	24.930	-4,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas.

A evolução demográfica é especialmente regressiva nos escalões mais jovens (0-14 anos e 15-24 anos). Neste último escalão, a quebra é bastante acentuada (-32,4%) e significa que um em cada três residentes jovens ativos abandonou o Concelho de Sousel entre 2001 e 2011.

Quadro 2 - Variação da População Residente, por escalões etários (2001-2011)

	0-14	15-24	25-64	+65
Continente	-4,7	-22,9	5,0	19,0
Alentejo	-3,6	-26,6	0,5	5,5
Alto Alentejo	-10,7	-25,9	-3,3	-2,0
Sousel	-12,8	-32,4	-11,1	-5,6
Alter do Chão	-19,2	-24,2	-4,1	-8,6
Arronches	-15,3	-23,1	-6,3	2,0
Avis	-20,6	-15,3	-12,8	-5,7
Campo Maior	2,1	-21,3	4,6	5,7
Castelo de Vide	-32,7	-24,6	-9,3	-2,6
Crato	-19,5	-39,5	-11,3	-10,5
Elvas	-4,9	-16,7	2,2	3,6
Fronteira	-8,9	-28,9	-3,8	-7,9
Gavião	-19,6	-31,4	-14,5	-11,9
Marvão	-24,5	-29,5	-7,7	-10,9
Monforte	12,7	-25,5	-1,0	0,7
Nisa	-15,8	-35,8	-11,6	-8,5
Ponte de Sor	-17,8	-23,6	-4,1	-1,4
Portalegre	-7,0	-32,7	0,6	4,9

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas.

Os principais indicadores demográficos evidenciam o agravamento dos índices de envelhecimento e a quebra da natalidade. No entanto, observa-se uma ligeira melhoria do *índice de dependência de jovens* em contraciclo com o Alto Alentejo.

Quadro 3 - Indicadores demográficos

	Sousel		Alto Alentejo	
	2001	2011	2001	2011
Densidade Populacional	20,7	18,2	20,5	19,0
Taxa de Natalidade (‰)	8,5	4,0	7,5	6,6
Taxa de Mortalidade (‰)	17,5	17,2	18,0	18,3
Taxa de Crescimento Natural (%)	-0,90	-1,32	-1,0	-1,2
Taxa de Crescimento Efetivo (%)	-1,01	-1,62	0,7	-1,3

	Sousel		Alto Alentejo	
	2001	2011	2001	2011
Índice Envelhecimento (Nº)	227,5	246,4	250,0	263,4
Índice de Dependência Total (Nº)	71,6	78,0	72,5	69,3
Índice de Dependência de Idosos (Nº)	49,7	55,5	51,2	49,7
Índice de Dependência de Jovens (Nº)	21,8	22,5	21,1	19,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

A evolução demográfica intra-concelhia encontra-se expressa nas tabelas seguintes, sendo de destacar como principais regularidades:

- perda de população residente, entre 2001 e 2011, das freguesias do Cano e Casa Branca, a um ritmo superior às restantes, ainda que apenas a freguesia do Cano (segunda mais populosa) tenha diminuído os respetivos residentes a um ritmo superior ao do Concelho;

Quadro 4 - Evolução da População residente, por Freguesia do Concelho de Sousel

	2001	2011	Variação (%)
Cano	1.537	1.266	-17,6
Casa Branca	1.392	1.232	-11,5
Santo Amaro	706	644	-8,8
Sousel	2.145	1.932	-9,9
Concelho de Sousel	5.780	5.074	-12,2

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas.

- o índice de envelhecimento do Concelho teve um agravamento de 8,3%, entre 2001 e 2011, com níveis mais acentuados no Cano e em Casa Branca; na freguesia de Sousel, o índice de envelhecimento recuou ligeiramente (-6,2%).

Quadro 5 - Índice de envelhecimento, por Freguesia do Concelho de Sousel

	2001	2011	Variação (%)
Cano	259,0	335,6	29,6
Casa Branca	250,0	289,0	15,6
Santo Amaro	219,5	247,6	12,8
Sousel	198,3	186,0	-6,2
Concelho de Sousel	227,5	246,4	8,3

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas.

- a década 2001-2011 mostra uma melhoria significativa dos níveis de escolaridade da população residente em que sobressai, de modo sensível, a redução das habilitações inferiores ao 1º ciclo do Ensino Básico, o crescimento dos diplomados com 3º ciclo do Básico e do Ensino Secundário, mas também a duplicação do peso dos escolarizados com o nível médio e, sobretudo, superior.

Quadro 6 - Distribuição da População residente com 15 e mais anos, por nível de escolaridade completo mais elevado, no Concelho de Sousel (%)

Indicador	2001	2011
Sem nível de escolaridade	33,3	20,2
Básico 1º ciclo	31,4	31,2
Básico 2º ciclo	11,2	11,3
Básico 3º ciclo	12,0	18,3
Secundário	8,8	11,6
Médio	0,3	0,6
Superior	3,0	6,9

Fonte: INE, *Recenseamento da população e habitação - séries históricas*.

3.1.2. Povoamento

O concelho de Sousel caracteriza-se por um povoamento concentrado, de carácter rural, sendo que a sede de Concelho tem uma população inferior a 2.000 habitantes.

Os quatro principais aglomerados, que correspondem às sedes das quatro freguesias - Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro, têm uma dimensão populacional reduzida e relativamente equilibrada que, em 2011, variava entre 1.831 habitantes (Sousel, sede de concelho) e 628 (Santo Amaro). Estes aglomerados concentram a quase totalidade da população concelhia (95,2% em 2011), destacando-se o maior peso de Sousel - 36,1%.

No seu conjunto, entre 2001 e 2011, estes aglomerados perderam 11,3% da população. No entanto, o seu peso relativo cresceu 0,9% neste mesmo período, resultado do esvaziamento da área rural, principalmente dos 2 aglomerados rurais - Almadafe e Vale de Freixo. Estes lugares, apenas com 54 e 28 habitantes respetivamente em 2011, perderam 49% da população face a 2001, reduzindo o seu peso demográfico de 2,8% para 1,6%. A população isolada decresceu 5,9%.

Quadro 7 - População por lugar e respetiva evolução entre 2001 e 2011

Aglomerados populacionais	2001		2011		Evolução 2001-2011 (%)
	Nº	%	Nº	%	
Sousel	2.047	35,4	1.831	36,1	-10,6
Cano	1.494	25,8	1.257	24,8	-15,9
Casa Branca	1.218	21,1	1.116	22,0	-8,4
Santo Amaro	690	11,9	628	12,4	-9,0
Sub-total aglomerados urbanos	5.449	94,3	4.832	95,2	-11,3
Almadafe	84	1,5	54	1,1	-35,7
Vale do Freixo	77	1,3	28	0,6	-63,6
Sub-total aglomerados rurais	161	2,8	82	1,6	-49,1
População Isolada	170	2,9	160	3,2	-5,9
Total Concelho	5.780	100,0	5.074	100,0	-12,2

Fonte: INE, *Recenseamento da população e habitação - séries históricas*.

O PDM considera como aglomerados urbanos as 4 sedes de freguesia e definiu, apenas para efeitos de atribuição de índices urbanísticos nos espaços urbanos, os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1 - Sousel, Nível 2 - Cano, e Nível 3 - Casa Branca e Santo Amaro.

O decréscimo da população de Sousel, superior ao verificado em Casa Branca e Santo Amaro, revela a sua incapacidade, enquanto sede de concelho, de reter e atrair população, o que coloca em risco a sua dimensão crítica para a fixação e desenvolvimento de funções urbanas de apoio à população e às atividades económicas na sua área de influência.

Cano, o segundo aglomerado em termos de dimensão populacional reconhecido no PDM como tendo maior centralidade geográfica e estatuto diferenciado face a Santo Amaro e Casa Branca, teve o maior decréscimo demográfico, o que contraria a intenção definida no PDM no sentido do reforço da sua centralidade urbana. As propostas de ordenamento e desenvolvimento do PDM relativas aos aglomerados urbanos contemplavam o *“Reforço da centralidade do aglomerado de Cano na perspetiva concelhia, pela definição de uma rede de aglomerados complementar intraconcelhia ao nível dos serviços e atividades económicas, reforçando o seu estatuto como fator determinante desta estratégia”*.

De 2011 até hoje, não é possível conhecer a dinâmica do povoamento. Contudo, a estimativa do INE da população residente no concelho para 2016 – 4606 habitantes (-9,2% face a 2011) e o número de fogos para habitação licenciados entre 2012 e 2016 em construções novas - 9 fogos, a maior parte em Casa Branca e Santo Amaro, são dados que revelam a continuidade da tendência regressiva em termos demográficos no concelho.

3.1.3. Evolução do Parque Edificado

A análise da evolução do parque edificado no período de vigência do PDM baseou-se nos dados censitários do INE sobre o número de alojamentos e edifícios e nos dados anuais sobre obras de edificação licenciadas, o que permite conhecer a dinâmica de construção após 2011.

A evolução do parque edificado entre 2001 e 2011 (Quadro 8 e 9), revela uma fraca dinâmica de construção no concelho e apenas um ligeiro acréscimo do número de alojamentos familiares (79, correspondendo a um aumento de 2,2%).

Quadro 8 - Evolução do parque edificado no concelho, entre 2001 e 2011

	2001	2011	Variação(%) 2001-2011
Edifícios	3.394	3.509	3,4
Alojamentos familiares	3.668	3.747	2,2
Alojamentos coletivos - Hotéis e similares	3	5	66,7
Alojamentos coletivos - Convivências	5	5	0,0
Total de alojamentos	3.676	3.757	2,2

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas.

Nesta década, as freguesias de Casa Branca e Santo Amaro foram aquelas que apresentaram maior crescimento do número de edifícios e alojamentos. Nas freguesias de Sousel e Cano, esta década foi marcada pela estagnação do parque edificado.

Quadro 9 - Evolução do número de edifícios e alojamentos por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesias	edifícios	alojamentos familiares	Alojamentos coletivos - Hotéis e similares	Alojamentos coletivos - Convivências
Sousel	3	2	2	-2
Cano	3	-1	0	1
Casa Branca	86	63	0	0
Santo Amaro	23	15	0	1
Total Concelho	115	79	2	0

Fonte: INE, *Recenseamento da população e habitação - séries históricas*.

A análise do número de edifícios licenciados segundo o tipo e o destino da obra por ano, confirma a fraca dinâmica de construção no período entre 2000 e 2016 e permite conhecer a sua evolução ao longo dos 17 anos em análise, identificando os períodos/anos de maior intensidade de licenciamentos.

Ao longo de 17 anos de vigência do PDM, o número de edifícios licenciados que correspondem a construções novas para habitação familiar no concelho foi de 182, ou seja, aproximadamente uma média de 11 edifícios por ano. No caso dos edifícios para outros usos a média foi aproximadamente 6 edifícios por ano em todo o concelho.

O número de construções novas representou 62,4%, enquanto o número de obras de ampliação, alterações e reconstruções, também com maior incidência em edifícios de habitação familiar, representou 37,6% do total de obras de edificação.

Quadro 10 - Edifícios licenciados por tipo de obra e destino da obra, entre 2000 e 2016

Freguesia	Construções novas			Ampliações, alterações e reconstruções			Obras de edificação licenciadas		
	Habitação familiar	Outros usos	Total	Habitação familiar	Outros usos	Total	Habitação familiar	Outros usos	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Sousel	54	46	100	48	16	64	102	62	164
Cano	29	16	45	40	9	49	69	25	94
Casa Branca	80	26	106	27	11	38	107	37	144
Santo Amaro	19	12	31	15	4	19	34	16	50
Total	182	100	282	130	40	170	312	140	452

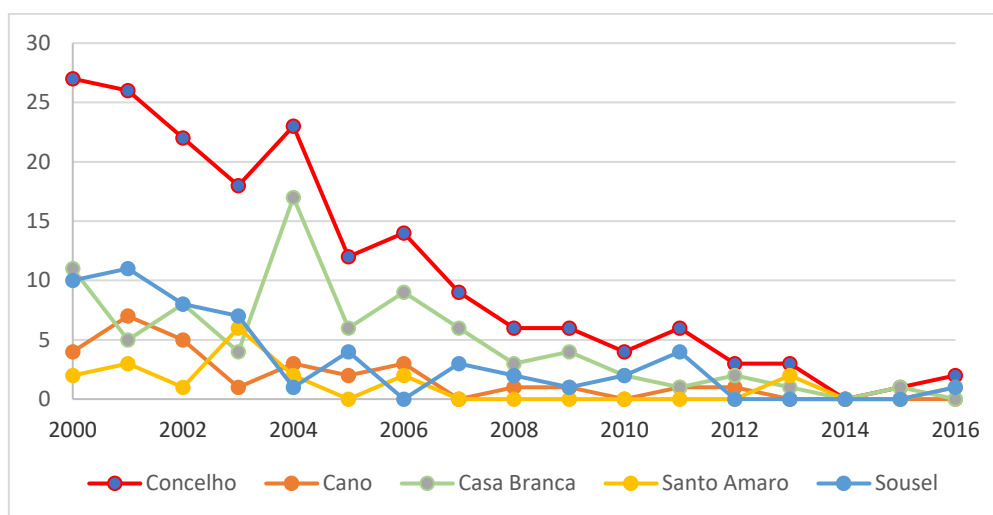
Fonte: INE, *Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios (anos 2000-2016)*.

A Figura 2 mostra que o período de maior intensidade de edifícios licenciados que correspondem a construções novas para habitação familiar foi entre 2000 e 2006. A partir desta data verifica-se um decréscimo do nº de edifícios licenciados que atingiu o mínimo em 2014. O último

quinquénio (2012-2016) é marcado por uma estagnação da construção para este fim, já que o número de licenças por ano no concelho, varia entre 3 e 0. Esta situação pode ser explicada pelo decréscimo populacional contínuo, entre 2001 e 2016.

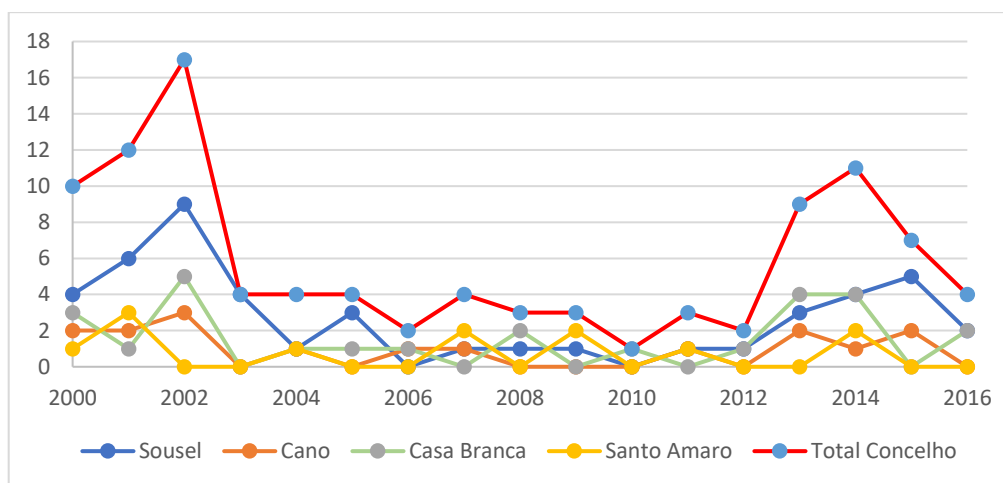
Quanto às construções novas para outros usos, a Figura 3 revela que, depois de um período com alguma dinâmica de construção no início da década, onde se destaca o ano de 2002, o número de construções baixou bastante até 2012. No último quinquénio, entre 2012 e 2016, foram licenciadas algumas construções para outros usos não habitacionais, relacionados com atividades económicas, principalmente nas Freguesias de Sousel e Casa Branca. No total foram licenciados 33 edifícios, 15 nas freguesias de Sousel e 11 na freguesia de Casas Branca, o que revela alguma dinâmica ao nível das funções económicas.

Figura 2 - Edifícios licenciados - construções novas para habitação familiar (série 2000-2016)



Fonte: INE, *Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios*.

Figura 3 - Edifícios licenciados - construções novas para outros usos (série 2000-2016)



Fonte: INE, *Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios*.

3.1.4. Dinâmica económica

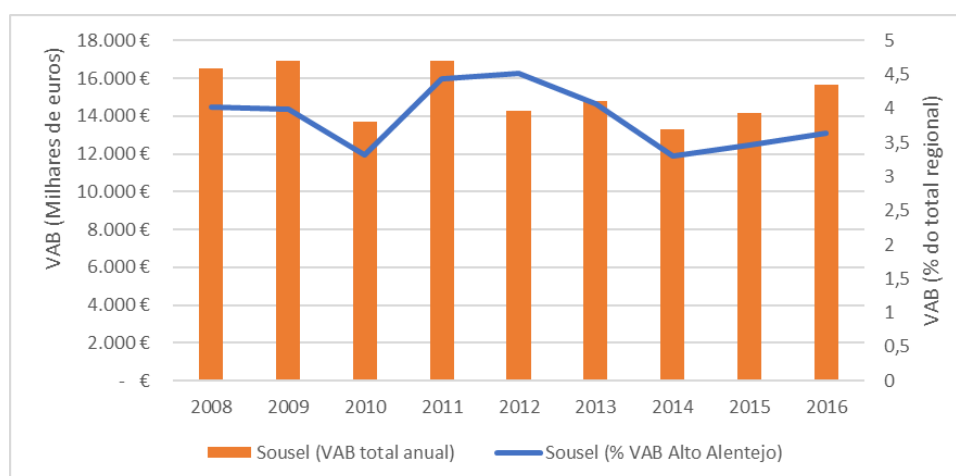
O concelho sofreu alterações significativas no tecido empresarial e na dinâmica das atividades económicas face à década de 90, sobretudo, após os últimos anos de crise económica, que deixaram uma marca profunda. Embora a sede de concelho ainda mantenha parte dos serviços públicos, a dinâmica de iniciativa privada tem vindo a reduzir-se em especial nas freguesias rurais, motivando a saída dos mais jovens e contribuindo para o crescimento do índice de envelhecimento.

A última década trouxe transformações profundas ao território, com o aumento do despovoamento e algum declínio económico:

- agravamento da recessão demográfica, com perda de cerca de 500 habitantes entre 2011 e 2016, segundo estimativas da população;
- crise dos investimentos estratégicos realizados na década de 90, com destaque para os ligados ao turismo: a Pousada de S. Miguel e a Albergaria A Galinhola encerraram, com perda de postos de trabalho; para o Matadouro Regional do Alto Alentejo, alvo de um processo de privatização, com redução de trabalhadores; e para a ENASEL, S.A. que encerrou;
- quase colapso da construção civil, com a saída de população ocupada nas unidades empresariais do setor.

Entre 2008 e 2016, apesar de ligeiras flutuações, o VAB, tem uma estabilidade tendencial, tal como o peso do município na Região (Figura 5).

Figura 4 - Valor Acrescentado Bruto (€) das empresas em Sousel, por atividade económica e peso regional (NUT III Alto Alentejo)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

As secções seguintes apresentam as alterações ao nível da ocupação da população e do padrão empresarial, num contexto de diminuição generalizada de atividade.

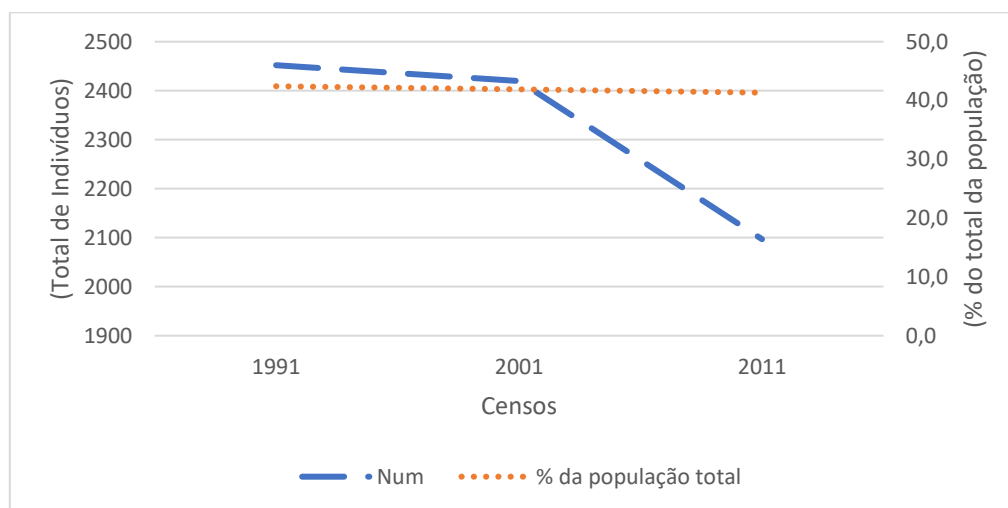
↳ *Evolução da População ativa e do Emprego*

A dinâmica económica das últimas duas décadas é indissociável da dinâmica demográfica. A ausência de oferta do emprego, motivo maior apontado para a partida dos mais jovens, confrontados com a falta de emprego ou inexistência de oportunidades que correspondam às suas expectativas, está intimamente ligada ao fenómeno do despovoamento.

A ausência de massa crítica era apontada como estrangulamento no Relatório do PDM de 1996, o qual sinalizava também a “apatia quase generalizada ao nível dos agentes económicos locais” e o “envelhecimento da população com efeitos ao nível da qualificação da população ativa”. A análise da evolução dos diversos indicadores aponta para um efetivo agravamento desta situação, visível ao nível do tecido empresarial e do emprego, realidade comum à maior parte do Alto Alentejo.

O referido Relatório, tendo por base o censo de 1991, apontava a baixa taxa de ativos registada (40%), valor relativo que se mantém face à população total (Figura 5); o valor absoluto diminuiu para próximo dos 2.000 indivíduos - limiar que deverá estar ultrapassado, face às estimativas da população para 2016.

Figura 5 - População ativa segundo dos Censos, 1991-2011



Fonte. INE, Pordata.

Entre 1991 e 2011, a população empregada sofreu um decréscimo generalizado nas quatro freguesias do concelho.

Quadro 11 - População empregada no concelho, por freguesia 1991-2011

Freguesia	Censos 2001		Censos 2011		Variação (%)
	Nº	(%)	Nº	(%)	
Cano	528	24,2	435	23,8	-17,6
Casa Branca	521	23,9	436	23,8	-16,3
Santo Amaro	284	13,0	248	13,6	-12,7
Sousel	845	38,8	710	38,8	-16,0
Total	2.178	100,0	1.829	100	-16,0

Fonte: INE.

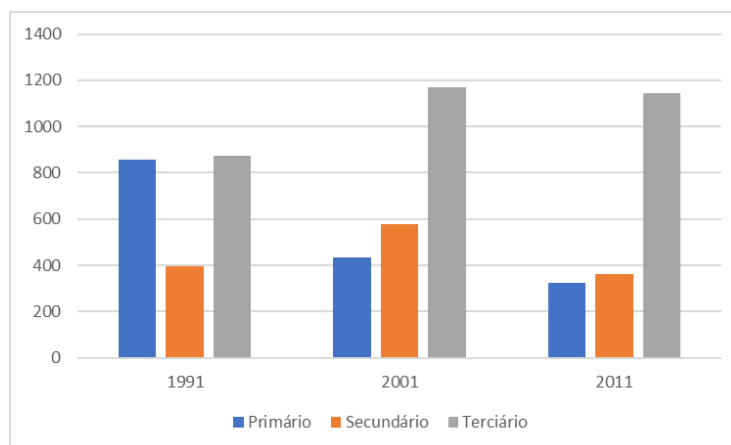
Mais recentemente, entre 2009 e 2016, observou-se uma redução do pessoal ao serviço de 78 trabalhadores (-5,9%) com ligeira retoma em 2015, enquanto no Alto Alentejo, se verificou um aumento de 315 (1,2%)- dados disponíveis para empresas não financeiras.

Quadro 12 - Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras em Sousel e no Alto Alentejo entre 2009 e 2016

	Alto Alentejo	Sousel
2009	27.068	1.331
2010	26.387	1.280
2011	26.654	1.328
2012	24.697	1.276
2013	24.945	1.248
2014	25.915	1.292
2015	26.665	1.243
2016	27.383	1.253

Fonte: Pordata.

Quando se analisa a evolução da distribuição da população empregada entre 2001 e 2011, por setor de atividade económica, verifica-se a inversão de peso entre os setores de atividade, fruto da terciarização da economia. O setor terciário ocupava, em 2011 a maior parte da população empregada, seguindo-se o setor secundário.

Figura 6 - População empregada (nº), por setor de atividade económica

Fonte: Pordata.

Em 2001, na desagregação ao nível da freguesia, verificava-se alguma diferenciação dentro do território concelhio: o setor primário apresentava um peso relativo elevado em todas as freguesias à exceção da sede de concelho, onde a localização da maioria dos serviços da administração pública pesava naturalmente no total de emprego; a Indústria transformadora tinha alguma importância no emprego da população de Santo Amaro e a Construção na de Casa Branca.

Relativamente à evolução por freguesia salienta-se: uma diminuição do setor agrícola na sede de Concelho, acompanhada pelo crescimento do setor terciário; e a aproximação entre a população empregada em Cano e em Casa Branca, com perda relativa da primeira, a mesma freguesia onde tem ocorrido o maior aumento dos indicadores associados ao envelhecimento da população.

Em 1991, a população empregada no setor agrícola estava acima da média regional (NUT III, Alto Alentejo) - quase o dobro – representando Sousel 7% do total. As atividades do setor primário ocupavam ainda quase metade da população empregada, o “comércio por grosso e a retalho e alojamento hoteleiro” era o segundo setor empregador, seguido da construção que também se encontrava ligeiramente acima da média regional.

A análise de dados do pessoal ao serviço por CAE (Quadro 14³), revela que, em 2009, a Agricultura, produção animal, caça e floresta, se mantém como a CAE que ocupa maior número de trabalhadores, seguida das Indústrias transformadoras (para o que contribuiu o início de atividade do Matadouro Regional do Alto Alentejo localizado em Sousel) e das Atividades de saúde humana e apoio social, situação que se mantém em 2016.

Entre 2009 e 2016, a Agricultura, produção animal, caça e floresta encontra-se entre as CAE com uma evolução positiva, registando um aumento de 14%. Outras CAE que registaram crescimento em termos de pessoal ao serviço, foram as Atividades administrativas e dos serviços de apoio Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, Atividades de saúde humana, apoio social e educação e Transportes e armazenagem. Todas as outras sofreram decréscimos mais ou menos acentuados.

³ Relativamente aos serviços públicos, a fonte utilizada – GEP/MTSSS Quadros de Pessoal, revela alguma fragilidade relativamente aos dados do setor público, visível na discrepância significativa face aos dados do INE.

Quadro 13 - Evolução do Pessoal ao Serviço, nos estabelecimentos no Concelho de Sousel

CAE	2009		2016		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça e floresta	214	18,6	244	24,5	14,0
B - Indústrias extrativas	17	1,5	12	1,2	-29,4
C - Indústrias Transformadoras	204	17,7	182	18,3	-10,8
F - Construção	151	13,1	91	9,2	-39,7
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	176	15,3	128	12,9	-27,3
H - Transportes e armazenagem	42	3,7	44	4,4	4,8
I - Alojamento, restauração e similares	48	4,2	21	2,1	-56,3
J - Atividades de informação e de comunicação	1	0,1		0,0	-100,0
K - Atividades financeiras e de seguros	36	3,1	29	2,9	-19,4
L - Atividades imobiliárias	24	2,1	18	1,8	-25,0
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	21	1,8	26	2,6	23,8
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4	0,3	7	0,7	75,0
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	50	4,3	14	1,4	-72,0
P - Educação	1	0,1	5	0,5	400,0
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	142	12,3	160	16,1	12,7
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	0,3	1	0,1	-66,7
S - Outras atividades de serviços	16	1,4	12	1,2	-25,0
Total	1.150	100,0	994	100,0	-13,6

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

Empresas

O tecido económico é composto maioritariamente por empresas sem escala, sobretudo, por pequenos negócios, tantas vezes unipessoais ou familiares, que se vão mantendo ao longo das décadas, alguns com continuidade geracional, após a reforma do empreendedor, outros através da continuidade não familiar no negócio.

No que concerne ao número de empresas, o INE identificava em 1995 um total de 746 unidades no Concelho, número que decresceu para 573 em 2016 (Quadro 11), sendo que em plena crise recente (2012) atingiu as 509. O peso empresarial do município relativamente à NUT III do Alto Alentejo desceu 1,6% entre 1995 e 2016.

Quadro 14 - Número total de empresas no Concelho e na NUT III do Alto Alentejo

	1995	2016
Sousel	746	573
Alto Alentejo	11.862	12.143
Peso do Município na NUT III	6,3%	4,72%

Fonte: INE, Pordata.

A correspondência entre a criação de empresas e a dinâmica económica, constitui um indicador relevante.

No passado recente, a dinâmica de constituição de empresas, superou a dinâmica de dissolução. Com efeito, entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2018, foram constituídas 152 empresas e dissolvidas 72.

A análise da evolução do tecido empresarial por CAE entre 2009 e 2016 (Quadro 15), com base numa outra fonte estatística (Quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e Segurança Social – setor estruturado da economia), permite salientar o seguinte:

- entre 2009 e 2016, o número de estabelecimentos passou de 234 para 213 (-9%);
- o peso que o setor primário ainda detém - o maior número de empresas continua a pertencer à agricultura, produção animal, caça e floresta, o setor onde se verifica a maior recuperação no «pós-crise», com o surgimento de diversas iniciativas ligadas ao campo (olivicultura, frutos secos, produção de hortícolas, queijarias, ...);
- o segundo setor mais representativo (comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos), mantém a posição ao longo do período, refletindo o surgimento das médias superfícies e o definhamento do comércio e serviços de proximidade, lojas, oficinas, traduzido no decréscimo do nº de estabelecimentos. O comércio por grosso e a retalho abrange a comercialização de produtos tradicionais, com várias empresas a surgirem no concelho, algumas agroindústrias e similares, para além da importância de um grande distribuidor regional;
- a evolução positiva das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, das Indústrias transformadoras e das Atividades de saúde humana, apoio social e educação;
- a quebra do volume de empresas da construção com desativação ou transformação de estaleiros de construção que ocupavam os espaços disponíveis - não raras vezes na periferia dos aglomerados, até mesmo em prédios rústicos fora do perímetro urbano; parte significativa da mão de obra disponível emigrou com a crise;
- A quebra transportes e armazenagem e dos estabelecimentos de Alojamento, restauração e similares, em contraciclo com o crescimento do turismo na Região.

Quadro 15 - Número de estabelecimentos no Concelho de Sousel

CAE	2009		2016		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	
A - Agricultura, produção animal, caça e floresta	64	27,4	65	30,5	1,6
B - Indústrias extrativas	1	0,4	1	0,5	0,0
C - Indústrias Transformadoras	21	9,0	24	11,3	14,3
F - Construção	22	9,4	16	7,5	-27,3
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	49	20,9	39	18,3	-20,4
H - Transportes e armazenagem	15	6,4	9	4,2	-40,0
I - Alojamento, restauração e similares	21	9,0	15	7,0	-28,6

CAE	2009		2016		Variação (%)
	Nº	%	Nº	%	
J - Atividades de informação e de comunicação	1	0,4		0,0	-100,0
K - Atividades financeiras e de seguros	6	2,6	6	2,8	0,0
L - Atividades imobiliárias	1	0,4	1	0,5	0,0
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7	3,0	10	4,7	42,9
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2	0,9	4	1,9	100,0
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	2	0,9	1	0,5	-50,0
P - Educação	1	0,4	2	0,9	100,0
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	9	3,8	10	4,7	11,1
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	1,3	1	0,5	-66,7
S - Outras atividades de serviços	9	3,8	9	4,2	0,0
Total	234	100	213	100,0	-9,0

Fonte: GEP/MTSSS, *Quadros de Pessoal*.

Em conclusão, não se verifica uma alteração disruptiva em termos de estrutura do tecido empresarial, pese a diminuição generalizada do número de empresas e o surgimento de algumas áreas de negócio da distribuição - na sua maioria ligadas à agricultura e agroindústria, assim como uma diminuição da construção civil, setor com tradição no concelho.

Ao longo do período de vigência do PDM, observa-se uma forte dependência do investimento municipal e alguma dinâmica de investimento em agroindústria com potencial na criação de emprego e geração de riqueza (sobretudo queijarias, azeite e vinhos).

3.2. Outras alterações com impacto no desenvolvimento concelhio

Neste Ponto, pretende-se identificar outras alterações cujos impactos e riscos deverão ser considerados no PDM e noutros instrumentos de gestão territorial com incidência no concelho.

Aumento do regadio

Ao longo dos últimos anos verificou-se um aumento da área de regadio, provocando alterações significativas na utilização do solo, com impacto na paisagem e na economia local. A água permitiu expandir a plantação de olival intensivo e superintensivo, a cultura de frutos secos e frescos, e de algumas hortícolas, beneficiando da presença de uma fábrica de transformação no concelho vizinho de Avis. A muito recente ligação por condutas à barragem do Maranhão da área NW do concelho potenciou esta transformação e o desenvolvimento da agroindústria, atraindo algum investimento, embora o investimento no olival tenha um retorno económico reduzido para a região. O aumento da área de olival alimentou, sobretudo, a exportação a granel na ausência de uma estratégia de transformação/comercialização do azeite, por parte de lagares tradicionais do concelho e sub-região.

Alterações climáticas

Embora não exista uma avaliação específica dos riscos e do impacto das alterações climáticas no território concelhio, para além dos cenários para o Sul do País, é possível identificar alguns aspetos com impacto no ordenamento do território e na gestão dos recursos naturais, que devem merecer melhor atenção numa análise a desenvolver posteriormente em sede de revisão do PDM, tais como o aumento da pressão sobre os recursos hídricos e os riscos de cheias rápidas em espaço urbano.

O sistema aquífero Estremoz-Cano, reserva de água de elevada importância, é constituído por dois aquíferos, um superior, associado aos calcários de Cano, e um inferior, de formação semelhante ao restante aquífero. No primeiro, onde se situam as captações mais produtivas, encontram-se também as maiores vulnerabilidades, uma vez que a recarga está fortemente dependente da precipitação e do escoamento superficial.

A redução dos valores de precipitação, que na última década tem vindo a ocorrer de forma mais efetiva, bem como o aumento do consumo, associado sobretudo ao uso agrícola (crescimento do olival intensivo e cultura de frutos secos e frescos exigentes na utilização de água e, em casos pontuais, as hortícolas), traduz-se no aumento da pressão sobre os recursos hídricos (apesar da maior utilização da rega de precisão). A seca recente obrigou à realização de captações a maior profundidade, sobretudo em áreas de fratura, fazendo hipoteticamente uso do segundo aquífero mais profundo, pois os furos artesianos de menor profundidade deixaram de produzir.

Face a este panorama, a que se junta o risco de maior poluição originada pela utilização de químicos e pesticidas na atividade agrícola, a gestão dos recursos hídricos e a monitorização dos aquíferos reveste-se de grande importância e deverá merecer especial atenção no futuro próximo.

Também a previsão do incremento de fenómenos climatéricos extremos, como as cheias rápidas, deverá ser considerada em termos de instrumentos de gestão do território. A existência de ribeiras que atravessam espaços urbanos, com destaque para a ribeira do Lupe, em Santo Amaro (cujo núcleo urbano central se encontra em leito de cheia), implica a avaliação cuidada da intervenção nesses espaços, devendo ser equacionadas medidas de mitigação.

4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL

A avaliação da execução do planeamento municipal recai principalmente sobre a execução do Plano Diretor Municipal em vigor, o principal instrumento de gestão territorial municipal.

4.1. Execução do Plano Diretor Municipal

4.1.1. Transformação e ocupação do solo nos perímetros urbanos

O PDM delimitou os perímetros urbanos dos 4 principais aglomerados urbanos - Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro, a fim de contrariar a dispersão e a construção nas áreas agrícolas, e de reforçar a aglomeração nos perímetros urbanos delimitados.

Os perímetros urbanos são determinados pelo somatório dos espaços urbanos, espaços urbanizáveis (que incluem as áreas de equipamento) e espaços industriais que lhe sejam contíguos, delimitados na Planta de Ordenamento à escala 1/25.000 e, com maior detalhe, nas Plantas dos Perímetros Urbanos à escala 1/5.000, com as propostas de ordenamento para cada um dos aglomerados urbanos.

Não foram definidos perímetros urbanos para os lugares de Almadafe e Vale de Freixo.

A ausência de cartografia atualizada, não permite quantificar com rigor a evolução da ocupação do solo em cada uma das classes de espaço longo do tempo de vigência do Plano, ou seja, entre 1999 e o momento atual. Face a este condicionalismo, a análise da transformação e ocupação do solo nos perímetros urbanos baseou-se, principalmente, nos dados relativos a operações urbanísticas e no grau de execução das propostas de ordenamento e de desenvolvimento do PDM, apresentadas no Relatório PDM (1996) e nas Plantas dos Perímetros Urbanos.

Espaços urbanos

De acordo com o Regulamento do PDM, *“Os Espaços urbanos são constituídos por um sistema urbano caracterizado por um elevado índice de edificação e infraestruturação, nela coexistindo diversas funções urbanas, e subdividem-se em consolidados e não consolidados”*.

Durante o período de vigência do PDM, foram executadas 2 operações de loteamento em *Espaço urbano não consolidado*, uma em Sousel (2001) e uma em Santo Amaro (2011).

Quadro 16 - Operações de loteamento realizadas nos espaços urbanos não consolidados, entre 1999 e 2018

Aglomerado urbano	Loteamento	Classe de espaço do PDM	Iniciativa	Área total (m ²)	Tipologia dos edifícios	Nº de lotes/fogos	Nº de lotes constr.	Nº de lotes vagos
Sousel	Quinta de Palhavã	Espaço urbano não consolidado	Privada	11.911	Habitação unifamiliar	38	4	34
Cano	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa Branca	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Amaro	Pandina – 2ª fase	Espaço urbano não consolidado	Municipal	12.061	Habitação unifamiliar	15	2	13
Total	-	-	-	23.972	-	55	8	47

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Para além destes loteamentos, destaca-se a ocupação, durante o período de vigência do PDM, da área da Tapada da Portagem classificada no PDM maioritariamente como *Espaço urbano não consolidado* e para onde estavam propostas duas áreas para equipamento destinadas à construção do Centro de Saúde e do Museu Municipal que não chegou a ser construído. Esta área, com um Loteamento aprovado em 1995 cujos lotes se destinavam à instalação de equipamentos, sofreu uma transformação profunda com a construção do Centro de Saúde e de outros equipamentos não previstos no PDM (Centro escolar, Piscina descoberta, Campo de futebol), sem que tenha sido respeitada a delimitação dos lotes e sem que se tenha verificado a elaboração do Plano de Pormenor proposto e considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística, no Regulamento do PDM. Esta área, está hoje totalmente comprometida com a construção dos novos equipamentos e com projetos de uma nova via de acesso, de um parque de estacionamento e de uma área verde no espaço sobrando carecendo, contudo, de coerência e qualificação. Foi aprovada em 2015, pela Assembleia Municipal, a delimitação da ARU da Tapada da Portagem com incidência nesta área. No entanto, não foi elaborada a respetiva ORU. A tabela seguinte apresenta a dinâmica de ocupação dos *Espaços urbanos não consolidados* nos quatro aglomerados.

Quadro 17 - Ocupação dos Espaços urbanos não consolidados entre 1999 e 2018

Aglomerado urbano	Espaço urbano não consolidado Área (m ²)	Loteamentos (m ²)
Sousel	789.859,92	66.547,37
Cano	454.483,41	-
Casa Branca	104.021,10	-
Santo Amaro	239.266,85	12.061
Total	1.587.631,28	78.608,37

(2) Área não ocupada e sem compromissos urbanísticos.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Em Sousel, foram consideradas as áreas do loteamento de Palhavã (11.911m²) e da Tapada da Portagem ocupada durante o período de vigência do PDM (54.636,37m²). Em Santo Amaro foi considerada a área do loteamento de Pandina.

Para além das construções nos loteamentos referidos, ocorreram novas construções nos espaços urbanos nos 4 aglomerados urbanos, em número não determinado, contribuindo para a sua consolidação. A ocupação destes espaços foi muito inferior à capacidade das áreas com esta classificação. A esta situação acresce ainda a baixa taxa de ocupação dos 2 loteamentos habitacionais. No loteamento de Palhavã em Sousel a grande maioria dos lotes estão vagos (34 lotes vagos - 89,4%); Santo Amaro 13 lotes vagos - 86,7%). No loteamento da Pandina em Santo Amaro, encontram-se ainda vagos 13 lotes - 86,7%. Apenas 2 lotes destinados a habitação unifamiliar foram ocupados, permanecendo livres 12 lotes para habitação e 1 lote para equipamento.

Não existem neste momento nestes espaços, compromissos urbanísticos não executados ou operações urbanísticas em processo de aprovação.

Espaços urbanizáveis

De acordo com o PDM (Artigos 10º e 39º), os *Espaços urbanizáveis* são aqueles em que se admite a edificação de novas áreas urbanas, destinados à expansão dos espaços urbanos existentes, devendo a sua ocupação ser efetuada de acordo com Planos de Pormenor ou Operações de Loteamento urbano. Os Espaços urbanizáveis que tenham sido objeto de PMOT e da subsequente infraestruturação, passam a integrar a classe de espaços urbanos somente após a completa execução da totalidade das infraestruturas previstas nos respetivos projetos aprovados. Destinam-se predominantemente ao uso habitacional, incluindo os respetivos equipamentos coletivos, comércio e serviços de apoio, admitindo-se também a localização de empreendimentos turísticos, ou outras ocupações compatíveis com o uso habitacional.

De acordo com as Plantas dos Perímetros urbanos, os *Espaços urbanizáveis* subdividem-se em *espaços urbanizáveis de média e de baixa densidade*. O Regulamento define os índices urbanísticos e a cêrcea aplicáveis a estas classes de espaço.

No período de vigência do PDM, foram executadas apenas 2 operações de loteamento urbano nos *Espaços urbanizáveis* definidos no PDM - 1 em Sousel (2004) e 1 em Casa Branca (2000), responsáveis pela urbanização de 48.689m² e criação de 61 lotes destinados a habitação unifamiliar, dos quais apenas 37 foram construídos, encontrando-se ainda vagos 24. No Loteamento do Poço Largo em Casa Branca foi construída também a extensão do Centro de Saúde.

Quadro 18 - Operações de loteamento realizadas nos espaços urbanizáveis no período 1999 e 2018

Aglomera do urbano	Loteamento	Classe de espaço do PDM	Iniciativa	Área total (m ²)	Tipologia dos edifícios	Nº de lotes	Nº de lotes constr.	Nº de lotes vagos
Sousel	S. João Nepumoceno	Espaço urbanizável de baixa densidade	Privada	26.967	Habitação unifamiliar	19	5	14
Cano	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa Branca	Tapada do Poço Largo	Espaço urbanizável de média densidade	Municipal	21.722	Habitação unifamiliar	42	32	10
Santo Amaro	-	-	-	-	-	-	-	-
Total				48.689		61	37	24

Fonte: Câmara Municipal de Sousel, setor de Planeamento

A tabela seguinte apresenta os *Espaços urbanizáveis* definidos nas Plantas dos perímetros urbanos dos aglomerados de Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro e a evolução da sua ocupação no período de vigência do PDM.

Quadro 19 - Transformação e ocupação dos Espaços urbanizáveis no período 1999-2018

Aglomerado urbano	Espaço urbanizável programado		Área urbanizada (m ²)	Área disponível em 2018 (m ²) (1)	
	Classe de espaço	Área (m ²)		m2	%
Sousel	Área de média densidade	277.942,49	-	277.942,49	100
	Área de baixa densidade	635.957,40	26.967	608.990,40	95,6
Cano	Área de média densidade	117.698,53	-	117.698,53	100
Casa Branca	Área de média densidade	169.312,29	21.722	147.590,29	85,3
	Área de baixa densidade	332.434,92	-	332.434,92	100
Santo Amaro	Área de média densidade	54.697,81	-	54.697,81	100
Total		1.588.043,44	48.689	1.539.354,44	96,8

(1) Área não ocupada e não comprometida (sem compromissos urbanísticos).

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Para além das construções nos loteamentos referidos, verificaram-se casos muito pontuais de novas construções nos espaços urbanizáveis em Sousel e Casa Branca. A transformação e ocupação dos espaços urbanizáveis foi muito inferior à capacidade criada em todos os aglomerados, sendo que em Cano e Santo Amaro não se registou qualquer operação urbanística. Não existem neste momento, nestes espaços, compromissos urbanísticos não executados ou operações urbanísticas em processo de aprovação.

As áreas disponíveis nos 4 aglomerados correspondem neste momento à quase totalidade das áreas programadas. À área urbanizável disponível, acresce ainda o número de lotes vagos nos loteamentos de Sousel (14) e Casa Branca (10).

↪ Áreas de equipamento

As Plantas 1/5.000 dos Perímetros urbanos dos aglomerados, definem ainda áreas de equipamento indicando, na maioria dos casos, o uso proposto. O Regulamento é, no entanto, omissivo no que respeita a estas áreas e às respetivas regras de ocupação.

A tabela seguinte apresenta as áreas de equipamento programadas nos perímetros urbanos, a respetiva ocupação e as áreas atualmente disponíveis.

Quadro 20 - Ocupação das áreas de equipamento, entre 1999 e 2018

Aglomerado urbano	Áreas de equipamento programadas		Ocupação	Área disponível (m²) (1)
	Uso proposto	m²		
Sousel	Museu Municipal de Sousel, na Tapada da Portagem	17.209,51	O Museu (dos Cristos) será instalado noutra local, no edifício do antigo Centro Cultural. No entanto, esta área, encontra-se atualmente comprometida com os projetos de construção de um novo acesso viário e de um Parque Urbano, ainda sem execução.	0
	Centro de saúde	2.220,79	Construção do novo Centro de Saúde na Tapada da Portagem; faixa de acesso para posto de transformação/antiga escola.	0
	Ampliação do cemitério	41.618,77	Não se concretizou. A área mantém-se sem qualquer ocupação.	41.618,77
	Hipódromo	380.212,18	Projeto não concretizado. Parte desta área foi reclassificada em 2015 como espaço industrial. Mantém-se disponível a área a nascente do caminho rural.	160.704,08
	Parque desportivo	104.003,11	Sem concretização. Esta área mantém-se sem qualquer ocupação ou compromisso urbanístico.	104.003,11
	Estação de serviço	11.373,94	Foi construído um edifício de habitação unifamiliar cujo licenciamento foi anterior à aprovação do PDM, sem que o uso tenha sido alterado.	7.468,11
Cano	Área a nascente, junto ao limite do perímetro urbano	15.556,47	Sem qualquer ocupação ou compromisso urbanístico.	15.556,47
Casa Branca	área localizada no extremo nordeste do perímetro urbano	33.177,57	Foi construído o Lar de 3ª Idade (no espaço a norte da via)	11.916,43
	área contígua ao cemitério existente	10.250,18	Foi ampliado o cemitério. A área encontra-se parcialmente ocupada com um estaleiro de materiais.	7.516,76
Santo Amaro	Área para ampliação do cemitério	4.918,41	Foi ampliado o cemitério.	0
	Área destinada a polidesportivo ao ar livre	2.803,38	Sem ocupação. O projeto foi concretizado no loteamento de Pandina.	2.803,38
	Área de equipamento	1.324,30	Construção de Parque Geriátrico	0
Total		624.668,61	-	351.587,11

(1) Área não ocupada e sem compromissos urbanísticos.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Quadro 21 - Área de equipamento disponível, por aglomerado urbano

Aglomerado urbano	Área de equipamento programada (m²)	Área disponível (1)	
		m²	%
Sousel	556.638,3	313.794,07	56,4
Cano	15.556,47	15.556,47	100,0
Casa Branca	43.427,75	19.433,19	44,7
Santo Amaro	9.046,09	2.803,38	31,0
Total	624.668,61	351.587,11	56,3

(1) Área não ocupada e sem compromissos urbanísticos.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

A ocupação das áreas de equipamento programadas foi muito inferior às expectativas e à capacidade criada, mantendo-se ainda disponíveis mais de 50%, ou seja, aproximadamente 35 hectares, principalmente em Sousel e Cano.

Para esta situação contribui o facto de não terem sido concretizadas algumas propostas identificadas no Quadro 19, mas também a construção de equipamentos fora das áreas de equipamento definidas. Na sede de concelho, os equipamentos construídos durante a vigência do PDM, concentram-se hoje na Tapada da Portagem no centro da Vila, e no limite da área ocupada a sul do aglomerado, ambas classificadas como espaço urbano consolidado.

Os equipamentos construídos fora das áreas de equipamento previstas e para os quais não estavam programadas áreas específicas, são os seguintes:

- Centro Cultural de Sousel. Este equipamento, foi construído em espaço urbano consolidado. Neste momento, está a ser reabilitado, visando a instalação do Museu dos Cristos.
- Construção do Centro Escolar, que substituiu a escola JI+1º Ciclo, na Tapada da Portagem em Sousel.
- Construção da Piscina descoberta e Campo de futebol, na Tapada da Portagem em Sousel.
- Instalação do Clube de Tiro, a NW da Serra de S. Miguel. Este equipamento funciona também como local de eventos, como o Open Internacional de Field Target do Alentejo.
- Lar de 3ª Idade em Sousel, através da reconversão do antigo Centro de Saúde.
- Construção das extensões de Saúde em Cano em espaço urbano não consolidado e em Casa Branca, no loteamento municipal de Poço Largo, executado em espaço urbanizável.
- Parque Geriátrico de Santo Amaro, no loteamento de Pandina, construído em espaço de equipamento proposto.

- Polidesportivo de ar livre em Santo Amaro, contruído junto ao loteamento de Pandina, próximo da área de equipamento proposta no centro da Vila, em espaço urbano consolidado e não consolidado.

Quanto à ocupação de áreas de equipamento para outros usos, são de referir 2 situações: a ocupação da área de equipamento junto ao cemitério de Casa Branca, com um estaleiro de materiais, atividade não compatível com o uso previsto e não licenciada, e a ocupação da área de equipamento destinada a estação de serviço em Sousel, parcialmente ocupada com um edifício de habitação unifamiliar.

↳ Espaços industriais

De acordo com o PDM, Artigo 11º, “O Espaço Industrial é constituído pelas áreas que se destinam ao uso e transformação do solo para implantação de atividades económicas associadas à indústria transformadora e ao comércio e serviços de apoio, que possuem, ou para as quais se preveem, sistemas próprios de infraestruturas”.

A tabela seguinte apresenta os espaços industriais definidos na Carta de Ordenamento do PDM e nas Plantas dos Perímetros Urbanos dos aglomerados de Sousel, Casa Branca, Santo Amaro e Cano, bem como a evolução da sua ocupação no período de vigência do PDM.

Quadro 22 - Espaços Industriais e respetiva dinâmica de ocupação entre 1999 e 2018

Aglomerado urbano	Espaços industriais existentes			Espaços industriais propostos		Área disponível total (m²)
	Consolidado (m²)	Não consolidado (m²)	Área disponível (m²) (1)	Área (m²)	Área disponível (m²) (1)	
Sousel	62.435,95	281.819,72	192.964,62	219.508,10	219.508,10	412.472,72
Santo Amaro	25387,47	-	-	53.355,40	53.355,40	53.355,40
Cano	-	-	-	76.089,10	76.089,10	76.089,10
Casa Branca	-	-	-	27.506,48	27.506,48	27.506,48
Total	87.823,42	281.819,72	192.964,62	376.459,08	376.459,08	569.423,70

(1) Área não ocupada e sem compromissos urbanísticos.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

À data de aprovação do PDM, apenas Sousel e Santo Amaro tinham espaços industriais.

As áreas delimitadas na Planta do Perímetro urbano de Sousel como “espaços industriais existentes”, na parte oeste do aglomerado, junto ao limite do perímetro urbano, são compostas por Espaços industriais existentes consolidados (duas áreas, uma a sul da EM 372 onde se localizava o Matadouro cuja construção é anterior ao PDM e outra a norte desta via onde se desenvolveu a 1ª fase da Zona Industrial de Sousel) e por uma área mais vasta na envolvente do

espaço industrial consolidado a norte daquela via, classificada como *Espaço industrial existente não consolidado*.

Os espaços a norte da EM 372, são parcialmente abrangidos pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial de Sousel⁴ anterior à aprovação do PDM (área correspondente à 1ª fase da Zona Industrial, com 28 lotes) e por loteamento industrial cujo Alvará data de 2003 (2ª fase da Zona Industrial, com 17 lotes). Em Santo Amaro, o *Espaço industrial consolidado* corresponde à área onde se localiza a OLIDAL – indústria de azeites.

Os *Espaços industriais existentes* tiveram uma fraca dinâmica de ocupação ao longo dos últimos 20 anos. Em Sousel, a área hoje disponível é superior a 190.000 m². A esta área acresce a disponibilidade de lotes na Zona Industrial. Neste momento, apenas 18 lotes se encontram construídos e com unidades industriais ativas. Os restantes lotes encontram-se construídos, mas sem atividade (4), ocupados sem construções (9) e livres/disponíveis (9). A zona industrial carece, contudo, de qualificação. Destaca-se a construção, em 2014, do Centro de Apoio às Microempresas, com 5 ateliers e áreas de serviço, espaços que se encontram atualmente ocupados.

Quanto aos *Espaços industriais* propostos, não tiveram concretização, mantendo-se disponíveis. A nova área industrial criada em 2015 em Sousel, por reclassificação de área de equipamento destinada ao hipódromo em Espaço Industrial⁵, não teve desenvolvimento, uma vez que os investimentos previstos e que motivaram esta alteração, não foram concretizados. Os Espaços Industriais propostos para Santo Amaro (Pandina 2), Casa Branca e Cano – pequenas áreas industriais de uso misto - oficinas e armazéns, também não tiveram qualquer ocupação. Os Planos de Pormenor propostos no PDM para os Espaços Industriais de Santo Amaro (Plano de Pormenor de Pandina 2) e para Casa Branca (Plano de Pormenor do Espaço Industrial e Área Urbana Contígua Não Consolidada), não tiveram também qualquer desenvolvimento, o que limitou a transferência de unidades existentes em espaços não adequados, designadamente oficinas e armazéns, e a instalação de novas unidades, nestes espaços. A fraca dinâmica de procura, o desaparecimento de algumas pequenas unidades tradicionais e a impossibilidade de instalação de algumas unidades agro-pecuárias, por incompatibilidade da atividade com os usos

⁴Plano de Pormenor, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em 1991 e publicado no DR II Série, nº 230, de 6-10-1992 (Declaração 11-8-1992). O Plano teve a primeira alteração de pormenor aprovada por deliberação da Assembleia Municipal em 1998 e publicada no DR II Série, nº 127, de 1-6-1999 (Declaração 144/99) e a segunda alteração – regime simplificado aprovada por deliberação da Assembleia Municipal em 2000 e publicada no DR II Série, nº 212, de 13-09-2000 (Declaração nº 294/2000).

⁵ Alteração ao PDM – Carta do Perímetro Urbano de Sousel, publicada no DR nº 113 de 12-06-2015).

permitidos, nas áreas industriais dentro dos perímetros urbanos, justificam em grande parte a não ocupação destas áreas.

Neste momento, existe ainda uma exploração pecuária em atividade no perímetro urbano de Sousel, prevendo-se a curto prazo a sua deslocalização para espaço agrícola, onde estão a ser construídas novas instalações (ao abrigo da criação do artº 43º A Espaços afetos a atividades industriais e agropecuárias em solo rural).

A área disponível de espaços industriais no concelho aproxima-se dos 57 hectares, a maior parte, no perímetro urbano de Sousel. Contudo, é prioritária a qualificação das áreas industriais existentes e consolidadas.

Não existem neste momento compromissos urbanísticos não executados ou operações urbanísticas em processo de aprovação nestes espaços.

Estruturas verdes urbanas

A tabela seguinte apresenta o grau de concretização das propostas do PDM em matéria de Estruturas Verdes Urbanas, identificadas no Relatório que sistematiza as propostas de ordenamento e desenvolvimento do PDM.

Estruturas verdes urbanas propostas	Grau de execução
Qualificação dos espaços exteriores disponíveis entre os equipamentos existentes na tapada da Portagem.	Foi elaborado o projeto para a criação de um parque urbano no espaço sobranante entre os equipamentos ali instalados, ainda sem execução.
Projeto e construção do Jardim da Biblioteca em Sousel	Projeto concretizado em área classificada como espaço urbano consolidado.
Implementação do Programa de renaturalização das linhas de água urbanas de Sousel	São realizadas apenas limpezas regulares quando se justifica.
Implementação do Programa de renaturalização da Ribeira de Lupe em Santo Amaro	Foi feita intervenção ao nível da limpeza e estabilização das margens no troço dentro do perímetro urbano, de acordo com projeto de valorização elaborado em 2004. O projeto inicial, que abrangia uma área mais extensa fora do perímetro urbano, não foi concretizado.
Construção do Parque Infantil e área de estacionamento no Bairro Sá Carneiro, em Sousel	O Parque existente foi desmantelado por não apresentar condições de segurança e a proposta de criação de novo parque não foi concretizada uma vez que a população residente e a distância ao jardim Municipal, não justificavam o investimento.
Manutenção da ruralidade em meio urbano, através da implementação do PP da Área das Hortas Periféricas, em Sousel	O Plano de Pormenor não teve execução e esta área mantém-se desocupada e sem compromissos urbanísticos.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Execução das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão a implementar nos perímetros urbanos

O Regulamento do PDM definiu como Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) a implementar nos perímetros urbanos, um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial.

Como se pode observar na Tabela seguinte, nenhum dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor propostos, entre os quais alguns considerados prioritários e condicionantes da gestão urbanística, teve qualquer desenvolvimento.

Instrumentos de Gestão Territorial a implementar	Grau de execução
Plano de Urbanização de Sousel, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística	Sem execução.
Plano de Pormenor da Tapada da Portagem, em Sousel, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística.	Sem execução.
Plano de Pormenor do Núcleo Antigo Castelo/Largo da Srª da Orada / Av. 25 de Abril, em Sousel	Sem execução.
Plano de Pormenor da Área das Hortas Periféricas, a Norte, em Sousel	Sem execução.
Plano de Urbanização de Cano, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística	Sem execução.
Plano de Pormenor do Núcleo Central e Rossio de Cano, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística	Sem execução
Plano de Urbanização de Casa Branca, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística	Sem execução
Plano de Pormenor do Espaço Industrial (Armazém e Oficinas) e Área Urbana Contígua não consolidada, em Casa Branca	Sem execução.
Plano de Urbanização de Santo Amaro, considerado prioritário e condicionante da gestão urbanística	Sem execução
Plano de Pormenor da Área Urbana da Ribeira de Lupe, em Santo Amaro	Sem execução
Plano de Pormenor de Pandina 2, em Santo Amaro	Sem execução

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

O PDM (Artº 61º) determinou a revogação do Plano Geral de Urbanização de Sousel, face à natureza das propostas do PDM para o aglomerado urbano de Sousel. Na ausência dos IGT acima referidos com incidência nos aglomerados urbanos, a gestão urbanística no interior dos perímetros urbanos é feita com base nos elementos fundamentais do PDM - o Regulamento e Planta de Ordenamento à escala 1/25 000, e nas Plantas dos Perímetros Urbanos à escala 1/5.000 dos principais aglomerados – Sousel, Casa Branca, Cano e Santo Amaro.

A tabela seguinte apresenta o grau de execução das propostas do programa de execução do PDM constantes no Relatório PDM de Sousel (1996) relativas aos aglomerados urbanos.

Propostas do PDM	Grau de execução
Estabelecimento de formas regulamentares de ocupação das áreas urbanas e urbanizáveis, hierarquizando os diferentes espaços	Os índices urbanísticos definidos no Regulamento do PDM são considerados desajustados e bastante restritivos face à reduzida dimensão dos lotes, principalmente nos espaços urbanos consolidados e nos aglomerados de Casa Branca e Santo Amaro, dificultando a reabilitação urbana e as novas construções. Como forma de contornar este constrangimento, tem vindo a ser aplicado, no licenciamento de obras de reabilitação ou construção, uma média dos índices dos edifícios vizinhos, conseguindo assim índices mais favoráveis, com base na alínea 5 do artigo 34º que refere o seguinte: “Na ausência de instrumentos urbanísticos – planos de urbanização e ou de pormenor – os loteamentos e edificações a licenciar ficam determinadas pelas características dos edifícios vizinhos e ou envolventes, não sendo invocável a existência de edifícios dissonantes”. Trata-se, contudo, de uma situação não satisfatória face à interpretação ambígua desta alínea e que, em sede de revisão do Plano, deverá ser corrigida através da eliminação desta alínea e criação de regulamentação clara e eficaz, face aos objetivos do Plano.
Transformação do solo nas áreas urbanas consolidadas apoiada na infraestruturação existente, não implicando a abertura de novos arruamentos e mediante o licenciamento das construções de lotes legalmente constituídos	A transformação do solo verificou-se nos espaços urbanos não consolidados, nos espaços urbanizáveis e industriais, por via de loteamentos legais, com a exceção da Tapada da Portagem em Sousel, cuja ocupação se verificou sem que tivesse sido respeitado o loteamento existente ou elaborado o Plano de Pormenor proposto no âmbito do PDM.
Transformação do solo nas áreas urbanizáveis supondo, a respetiva infraestruturação de serviço e/ou ligação, segundo PP ou Processos de loteamento definidos pela Autarquia e/ou de iniciativa privada.	
Promoção de áreas habitacionais em Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro.	Foram promovidas áreas habitacionais em Sousel (2 loteamentos), Casa Branca (1 loteamento) e Santo Amaro (1 loteamento). Em Cano não se verificou qualquer operação urbanística de carácter habitacional.
Ampliação da zona industrial de Sousel	Projeto concretizado, através do Loteamento da 2ª Fase da Zona Industrial.
Implementação de pequenas áreas industriais de uso misto – oficinas e Armazéns em Cano, Casa Branca e Santo Amaro	Não foram implementadas estas áreas.
Criação de incentivos municipais ao estabelecimento industrial, em função do número de postos de trabalho criados.	Não foram criados estes incentivos. Apenas foi reduzido o preço do m2 na Zona Industrial de Sousel.
Requalificação do espaço urbano público - reabilitação urbana do Rossio de Cano e do Núcleo central de Sousel/Av. 25 de Abril	Foram requalificados alguns espaços públicos no núcleo central de Sousel no âmbito do QREN (Praça da República e troço da rua Direita, Largo do Jardim, rua do Castelo e rua de S. Sebastião). Mais recentemente, foi requalificada a Rua da Amendoeira e foi demolido um edifício em ruína da Rua Direita, para qualificação do espaço público. A reabilitação urbana do Rossio de Cano e da Av. 25 de Abril em Sousel, não foram concretizadas.
Reforço da centralidade do aglomerado de Cano na perspetiva concelhia, pela definição de uma rede de aglomerados complementar intraconcelhia ao nível dos serviços e atividades económicas, reforçando o seu estatuto como fator determinante desta estratégia.	Cano foi o aglomerado urbano com o maior decréscimo populacional (-15,9%) entre 2001 e 2011.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

Em síntese, pode afirmar-se o seguinte:

- A dinâmica de transformação e ocupação do solo nos perímetros urbanos, foi muito inferior à capacidade criada, o que revela o sobredimensionamento dos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais. Em Cano não se verificou qualquer operação urbanística de carácter habitacional, como proposto no PDM. As novas construções ocorreram nos perímetros urbanos maioritariamente em espaços urbanos, contribuindo para a sua consolidação. Existem no entanto, casos pontuais de construções fora dos perímetros urbanos.
- Neste momento, a área disponível nos perímetros urbanos (para além da área disponível nos espaços urbanos não consolidados, não determinada) atinge os seguintes valores:
 - Espaço urbanizável - 154 hectares, a maior parte em Sousel e Casa Branca;
 - Área de equipamento, concentrada principalmente em Sousel - 35,2 hectares, não só porque alguns equipamentos não foram construídos, mas porque as áreas programadas nem sempre foram respeitadas;
 - Espaço industrial - 57 hectares.

4.1.2. Transformação e ocupação do solo rural

A análise da transformação e ocupação do solo rural foi também limitada pela ausência de cartografia atualizada.

No que respeita à edificação, destaca-se a procura de solo rural para a instalação de atividades agropecuárias e agroindustriais, nalguns casos motivada pelo facto de não ser possível a sua instalação nos *Espaços industriais* programados, por incompatibilidade da atividade com os usos permitidos nestes espaços dentro dos perímetros urbanos. A ocupação do solo fora dos perímetros urbanos confrontou-se com constrangimentos decorrentes das regras de implantação e índices de construção, e também dos regimes específicos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e, principalmente, da Reserva Ecológica Nacional (REN), que limitaram o licenciamento de atividades agropecuárias e agroindustriais, em áreas abrangidas por estas condicionantes.

A alteração do Regulamento do PDM em 2015 (Aviso nº 6567/2015, publicado no DR a 12-06-2015), com a criação do novo Artigo 43º-A - *Espaços afetos a atividades industriais e agropecuárias em solo rural*, e com a nova redação do Artigo 49º da Secção VI dedicada aos Espaços Agrícolas, permitiu definir novas regras para a autorização e implantação de atividades

industriais e agropecuárias em solo rural, com índices de construção mais favoráveis. No entanto, esta alteração, potenciou uma localização avulsa de atividades nem sempre consentânea com uma adequada gestão da paisagem.

Fora dos perímetros urbanos, a transformação e ocupação do solo têm como principais condicionantes a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN), que ocupam uma vasta área do território concelhio. A RAN abrange 11.760,84 hectares, o que equivale a aproximadamente 42% do território concelhio, na sua maioria constituída por solos das Classes A e B, de capacidade de uso muito elevada e elevada (PDM, 1996). As áreas integradas na REN, ocupam cerca de 13.014,5 hectares, o que equivale aproximadamente a 46,6% do território concelhio.

A alteração dos respetivos Regimes Jurídicos reduziu alguns constrangimentos à edificação em solo rural e permitiu regularizar algumas situações pontuais de incompatibilidade de atividades com os regimes específicos destas condicionantes, sendo que neste momento existem ainda situações relativas a explorações agropecuárias cujas construções, em REN, não estão regularizadas na sua totalidade.

A demarcação das áreas integradas na RAN e REN e designadas como tal na Planta de Condicionantes do PDM à escala 1/25.000, foi efetuada de acordo com legislação e cartografia disponível naquela época, atualmente desatualizada. Neste momento, é imperativo proceder à revisão da demarcação das áreas de RAN e de REN à luz dos novos Regimes Jurídicos⁶ e à elaboração, por parte do Município, da proposta a submeter às entidades competentes, tarefa que deve anteceder ou decorrer em paralelo com a revisão do PDM. No caso da REN, foi já desenvolvido um estudo pela CIMAA e Universidade de Évora à escala 1/10.000, de acordo com o novo Regime Jurídico, o que permite ao Município elaborar uma proposta de redefinição das áreas a integrar na REN no seu território.

No concelho, existe uma área de exploração de inertes em atividade e licenciada, na Serra de S. Bartolomeu - Pedreira da Pragosa e outras 4 de dimensão irrelevante, já desativadas.

A área de expansão da Pedreira da Pragosa, encontra-se em área classificada como REN e que não coincide com a área delimitada no PDM para este uso. Neste momento, está em curso a elaboração de um Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER), promovido pela empresa

⁶ DL 73/2009 de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, que aprovou o novo regime da RAN e revogou o DL 196/89 de 14 de junho. Introduziu na ordem jurídica a nova metodologia de classificação das terras. Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto que aprovou o Regime Jurídico da REN, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro.

concessionária, o que deverá permitir a resolução desta situação, aguardando-se a abertura do período de consulta pública e a sua aprovação.

Não foram executados os programas para a recuperação funcional e paisagística – ambiental, das áreas degradadas pela exploração de pedreiras, previstos no programa de intervenção do PDM.

No que respeita à evolução da superfície agrícola utilizada, teve um decréscimo de 14%. Na sua composição, destaca-se o aumento das pastagens e o decréscimo da área de pousio e das culturas temporárias.

Quadro 23 - Composição da superfície agrícola utilizada (ha), Sousel, 1989-2009

	1999	2009	Var% 1999-2009
Culturas temporárias	8.422	4.574	-45,7
Pousio	5.189	2.039	-60,7
Horta familiar	5	4	-20
Culturas permanentes	5.185	5.940	14,6
Pastagens permanentes	5.256	8.093	54,0
Total	24.056	20.650	-14,2

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

A análise da evolução das culturas permanentes e por tipo de cultura, entre 1999 e 2009 (Quadro 24, revela, o seguinte:

- O surgimento e elevado crescimento dos frutos secos.
- O crescimento dos frutos frescos (exceto citrinos).
- O crescimento do olival (11,4%), acompanhado da substituição do olival tradicional pelo olival intensivo.
- O crescimento da vinha.

Quadro 24 - Evolução da superfície das culturas permanentes por Tipo de Cultura (ha), no concelho de Sousel

Cultura	1989	1999	2009	Var% 1999-2009
Citrinos	11	5	3	-40,0
Frutos de casca rijas	0	12	67	458,3
Frutos frescos (exceto citrinos)	10	7	26	271,4
Olival	5.711	4.999	5.568	11,4
Vinha	92	162	276	70,4
Total	5.824	5.185	5.940	14,6

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

O Regulamento do PDM definiu a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) a implementar designada por Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de S. Miguel.

O Município elaborou, em 2015, uma proposta de criação da Paisagem Protegida de Âmbito Local - Olival da Serra de S. Miguel e um projeto de Regulamento, com o objetivo de proteger a identidade paisagística do concelho, em processo de transformação devido à substituição do olival tradicional, e de promover o ordenamento da área em causa. Na sequência da sua Discussão Pública em junho de 2015, deu-se início à revisão do Regulamento no sentido da sua concertação com os interesses dos proprietários. Neste momento, não foi ainda formalizada e discutida a Proposta Final.

4.1.3. Infraestruturas viárias e acessibilidades

A tabela seguinte apresenta a análise do grau de execução das propostas do PDM relativas às infraestruturas viárias e acessibilidades.

Propostas PDM	Grau de execução
Obras de conservação e recuperação nas vias existentes	Requalificação da (entretanto reclassificada) EM 372 no início da década de 2000 e correção do traçado num pequeno troço da EM 503.
Reforço da acessibilidade regional e nacional, nomeadamente na adequação na EM 372 ao acesso ao IP2 e IP7	
Reforço da acessibilidade à área urbana de Sousel a partir do território concelhio	
Implementação de uma via de circunvalação indutora de novas frentes habitacionais e de uma nova estrutura viária (Circular interna de Sousel proposta na Planta do Perímetro Urbano de Sousel)	Sem execução. A fraca dinâmica urbanística não justificou a construção desta via.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel

A rede viária continua a apresentar necessidades de conservação, designadamente a EM 372 e estrangulamentos que condicionam a acessibilidade concelhia.

Mantém-se os estrangulamentos nas seguintes ligações:

- Ligação aos principais eixos viários, designadamente o IP2 e a A6/IP7. A não concretização do troço da ligação ao IP2 no concelho de Estremoz, dificulta a acessibilidade de Sousel a este Eixo. A ligação à A6/IP7, é feita através da EN 245, com traçado sinuoso, em condições também deficientes.
- Ligação a Norte, via Cano-Avis (CM 1086/EM 508), com a ponte sobre a ribeira de Alcórrego.

Verifica-se também a necessidade de obras de conservação /requalificação viária nos centros urbanos.

Na tabela seguinte estão identificadas as necessidades atuais de requalificação da rede viária do Concelho.

Designação da intervenção		Descrição
Sinalização Horizontal da EM-372 e EM-372 1 no Concelho de Sousel)	Sinalização Horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Estrada Municipal 503 (Cano - Santa Vitória do Ameixial) - 2010m	Sinalização Horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Estrada Municipal 504 (Santo Amaro - Fronteira) - 7470m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espessura
Estrada Municipal 504-2 (Santo Amaro - Vale de Maceiras) - 2600m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espessura
Estrada Municipal 507 (Cano - Ervedal) - 4420m	sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Estrada Municipal 508 (Casa Branca - Vale do Freixo) - 8000m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espessura em 500 m
Estrada Municipal 538 (Sousel - Figueira e Barros) - 7300m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espessura em 650 m
Caminho Municipal 1083 (Cano - Rôca) - 4750m	sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Caminho Municipal 1086 (Cano - Lameirão) - 6200m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espesura em 1000 m
Caminho Municipal 1092 (Casa Branca - Malarranha) - 7000m	sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Caminho Municipal 1093 (Antiga Estrada de Lisboa) - 3230m	Sinalização Horizontal e reforço de pavimento	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento e reforço de pavimento em betão betuminoso com 6 cm de espessura
Caminho Municipal 1095 (Sousel - Serra de S. Miguel) - 3200m	Sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Caminho Municipal 1096 (Sousel - Hortas da Roda) - 2000m	Sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Caminho Municipal 1097 (Sousel - S. Bento do Cortiço) - 4600m	Sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento
Caminho Municipal 1137 (1ºCruzamento Santo Amaro - Cemitério Santo Amaro) - 2100m	Sinalização horizontal	Proceder a marcação/execução pintura de linhas brancas no pavimento

Fonte: Câmara Municipal de Sousel

A quase total opção pelo abandono do transporte ferroviário nas últimas décadas inviabilizou qualquer tentativa de retomar o tráfego, pelo que alguns troços na região foram transformados em percursos pedestres. Está prevista a construção de uma Ecopista de âmbito sub-regional, no troço da linha férrea desativada com incidência no concelho de Sousel. Trata-se de um projeto da CIMAA, a candidatar ao PT 2020.

4.1.4. Sistemas de infraestruturas

A tabela seguinte apresenta a análise do grau de execução das propostas do PDM relativas às infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos e eletricidade.

O PDM referia a disponibilidade de recursos hídricos, em quantidade e qualidade, sinalizando contudo carências e problemas a resolver relacionados com o tratamento das águas residuais dos lagares, olival e matadouro, com a carência e desatualização de infraestruturas de saneamento básico e a insuficiências e desadequação das ETAR.

Propostas PDM	Grau de execução
Campanha de prospeção de água sistemática em todo o concelho.	N/D
Melhorar o abastecimento a Santo Amaro pela construção de um Depósito de Água elevado	Projeto concretizado.
Assegurar a qualidade da água através da Instalação de uma Central Descalcificadora	Projeto concretizado.
Estabelecimento de um Programa de análises sistemáticas da qualidade e quantidade da água, por sistema, nos mesmos locais para serem comparáveis e com ampliação dos parâmetros de análise	Projeto concretizado. As análises efetuadas pela CM de Sousel às águas de abastecimento ao longo destes anos, previstas no Plano de Controlo de Qualidade de Água, indicam a boa qualidade da água.
Implementação do Cadastro das Redes de Abastecimento da Água e de Drenagem de Águas Residuais, nas Sedes de concelho e freguesia, e renovação dos sistemas quando necessário	Projeto concretizado no que respeita às águas de abastecimento. Projeto em execução para as águas residuais. Os trabalhos estão agendados para o final do ano, no âmbito do concurso lançado pela CIMAA.
Construção das ETAR de Sousel e Cano/Casa Branca	Projeto concretizado. As ETAR estão concessionadas à Águas Vale do Tejo.
Finalização do Plano Intermunicipal de GRSU, conjuntamente com os Municípios de Avis, Fronteira e Alter do Chão	Projeto concretizado.
Instalação da Central Hidropneumática no Bº Sá Carneiro	A Central foi desativada e eliminada.
Melhoria da qualidade e aumento da potência da iluminação pública do concelho	Execução entre 2013 e 2015 das medidas do Programa intermunicipal promovido pela CIM Alto Alentejo "ILUPub – Melhoria da eficiência Energética da iluminação pública", que envolveram a Instalação de sistemas com regulação do fluxo luminoso, a instalação de luminárias mais eficientes e de óticas LED nos semáforos. Foi ainda efetuada uma otimização da Rede de Iluminação Pública (desligação de luminárias desnecessárias) e análise à faturação de IP.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel, Sector de Planeamento

Durante o período de vigência do PDM foi realizada uma intervenção profunda ao nível do saneamento e abastecimento de água, com a remodelação da rede de águas e construção de

ETARs. Almadafe passou a ter abastecimento de água e saneamento no núcleo populacional consolidado. Para além das propostas concretizadas sinalizadas na Tabela anterior, foram ainda construídas as ETAR de Almadafe e da Zona Industrial e Sousel, não propostas no PDM.

Relativamente à qualidade da água, o PDM referia a *“Degradação da qualidade das águas do aquífero de grande importância à escala local, compreendido na sua maior parte no interior dos limites do concelho. É particularmente preocupante a existência de um depósito de Resíduos sólidos sem controle de infiltração das águas percolantes e a rejeição de efluentes resultantes do matadouro e lagares de azeite”*.

Quanto às situações de poluição / contaminação sinalizadas no PDM, durante o período de vigência dos Plano verificaram-se os seguintes melhoramentos: os resíduos sólidos são agora encaminhados para a estação de tratamento da VALNOR, o Matadouro dispõe atualmente de ETAR e os lagares já não descarregam para as linhas de água. Grande parte destas águas já são alvo de tratamento específico (lagoas de evaporação) e aproveitadas para fins agrícolas. No entanto, no caso de alguns lagares, ainda são encaminhadas para as ETAR do Concelho, situação que deve ser corrigida, pois estas, de tratamento biológico, não têm capacidade para tratamento daquelas águas.

Prevê-se, em 2018, a construção da nova captação de água para consumo humano e a criação dos perímetros de proteção para as duas captações existentes, bem como para a nova captação.

A qualidade e quantidade das águas no aquífero Estremoz/Cano (local das captações da Zona de abastecimento de Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro), cuja monitorização não é da responsabilidade dos municípios, continua a ser preocupante, mantendo-se a situação de não monitorização dos aquíferos.

Quanto à recolha e tratamento dos RSU, estes passaram a ser tratados pela VALNOR, em conjunto com os restantes Municípios do Distrito. Ao nível da recolha seletiva existe ainda margem para a sua otimização. A construção de ecocentro prevista na Agenda 21 Local (2008), não foi concretizada.

No que respeita à iluminação pública, as medidas implementadas entre 2013 e 2015, previstas no Programa intermunicipal promovido pela CIMAA “ILUPub – Melhoria da eficiência energética da iluminação pública”, foram as seguintes:

- Instalação de sistemas com regulação do fluxo luminoso em Sousel, Santo Amaro, Cano e Casa Branca;
- Instalação de luminárias mais eficientes na Rua do Convento, em Sousel;

- Instalação de óticas LED nos semáforos da Av. 25 de Abril, em Sousel.

Em matéria de infoacessibilidades, destaca-se também o investimento realizado na instalação de fibra ótica, com cobertura de Cano e Sousel.

4.2. Outros instrumentos de planeamento municipais

Durante o período de vigência do PDM, a Câmara Municipal de Sousel elaborou os seguintes instrumentos de planeamento e ordenamento do território:

Instrumentos de Reabilitação Urbana

No período de vigência do PDM até 2014, a Câmara Municipal não criou qualquer instrumento ou programa de incentivo à reabilitação urbana.

Em 2014 e 2018, a Câmara Municipal aprovou a delimitação de 5 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no Concelho, criando condições para a reabilitação e regeneração urbanas nos aglomerados urbanos de Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro.

A situação destas ARU e das respetivas ORU neste momento, é a seguinte:

ARU de Sousel, aprovada pela Assembleia Municipal em 2014-06-29, foi recentemente revista, aguardando-se a aprovação da nova ARU e da respetiva ORU, pela Assembleia Municipal. Abrange o centro tradicional e núcleo urbano originário da Vila, constituído por uma malha de ruas estreitas, cuja densidade vai diminuindo para a periferia, com 328 alojamentos, 83 dos quais desabitados. Os objetivos definidos para esta ARU prendem-se com a reabilitação do edificado degradado, a modernização das infraestruturas, a melhoria das condições de mobilidade e o incentivo à atividade económica.

ARU de Cano, aprovada pela Assembleia Municipal em 2014-06-29. Corresponde à área nascente do perímetro urbano e inclui o Rossio de Cano, espaço marcante do ponto de vista da morfologia urbana e também pela concentração de equipamentos públicos. Os objetivos da delimitação desta ARU são semelhantes aos definidos para Sousel a que acresce o ordenamento do Rossio. A respetiva ORU foi aprovada em 2018 (DRE, II Série, nº 3, 04-01-2018).

ARU de Casa Branca aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-02-03, encontra-se em processo de revisão, em simultâneo com a elaboração da respetiva ORU. Abrange o núcleo primitivo da aldeia e zona adjacente a Sul. Inclui um imóvel em vias de classificação, o Pátio do Morgado e a respetiva zona de proteção. Com cerca de 15 ha, possui 272 alojamentos, 61 dos quais desabitados. Os principais objetivos têm a ver com a reabilitação do edificado, melhoria da mobilidade e possibilidade de dinamização turística.

ARU de Santo Amaro, aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-02-03, encontra-se em processo de revisão, em simultâneo com a elaboração da respetiva ORU. Respeita ao núcleo central da aldeia e inclui a praça, local tradicional de encontro e de realização das festas, e parte da área urbana da Ribeira do Lupe. Abrangia, 123 alojamentos em 2011, dos quais 22 desabitados. Os principais objetivos prendem-se também com a necessidade de reabilitação do edificado.

ARU da Tapada da Portagem de Sousel, aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-02-03. O Município pretende proceder à sua revisão e, em simultâneo, à elaboração da ORU. Trata-se de uma zona ocupada por equipamentos coletivos e que confina com a ARU de Sousel a Nordeste da mesma. É uma área urbanisticamente pouco articulada, onde se pretende a resolução de carências e limitações infraestruturais e a consolidação do tecido urbano.

ARU de S. Miguel, aprovada pela Assembleia Municipal em abril de 2018.

Em 2016, a Câmara Municipal elaborou o **Plano de Ação de Regeneração Urbana de Sousel**, no âmbito do concurso do PO Alentejo 2020 para apresentação de Planos de Ação de Regeneração Urbana dirigido aos Centros Urbanos Complementares. O Plano incide apenas sobre a ARU de Sousel, opção estratégica da Câmara Municipal, face à dimensão dos recursos financeiros de que dispõe, ou pode mobilizar, para a reabilitação e regeneração urbanas.

Os objetivos do PARU de Sousel procuram combinar a melhoria do espaço público e as condições de mobilidade com a recuperação de património edificado orientada para a melhoria das condições de habitabilidade e para a refuncionalização de edifícios, visando a instalação de comércio e serviços e a animação económica da sede do Concelho. O Programa de Intervenção contempla as seguintes ações:

- Intervenções nos espaços públicos da área central de Sousel, designadamente: a requalificação das ruas Direita e da Amêndoa, a demolição de dois edifícios em situação ilegal numa área nobre para criação de um novo espaço exterior público com capacidade para estacionamento, no cruzamento da Rua de S. Sebastião com a Avenida 25 de Abril e a qualificação do espaço exterior do Mercado Municipal.
- A reabilitação do Mercado Municipal, dotando este equipamento de condições para o relançamento da atividade comercial, promoção e escoamento de produtos locais;
- A reabilitação do edifício no Largo do Jardim para a instalação do Espaço do Cidadão;
- A reabilitação de edifícios para uso habitacional e outros usos, quer por iniciativa do Município numa vertente de cariz social, quer por parte de proprietários e potenciais investidores privados.

Com este Programa, a CM pretende dar continuidade às intervenções de qualificação urbana realizadas no período 2007-2013, na Praça da República e troço da Rua Direita, no Largo do Jardim, na Rua do Castelo e na Rua de S. Sebastião.

Até final do 1º trimestre de 2018, das intervenções previstas no PARU, apenas foi concretizada a intervenção na Rua da Amêndoa.

📌 Agenda 21 Local

Em 2008, o Município elaborou a Agenda 21 Local, cuja implementação nos anos subsequentes, permitiu concretizar projetos e iniciativas que concorreram para o desenvolvimento e a qualificação do território concelhio. A tabela seguinte sistematiza o grau de execução do programa deste instrumento.

VETORES ESTRATÉGICOS		GRAU DE EXECUÇÃO EM MARÇO DE 2018
Vetor 1: Valorização dos produtos agrícolas e reforçar a ligação à indústria agro-alimentar		
1.1.	De agricultor a empresário agrícola de sucesso	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
1.2.	Comercialização pelos produtores	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
1.3.	Criação de uma forte fileira no setor do azeite - união de 3 cooperativas de olivicultores	Houve a intenção de unir as cooperativas de Sousel, Cano e Casa Branca, no entanto não houve consenso entre as partes.
1.4.	Aposta no pastoreio extensivo	Esta é uma prática comum no concelho que se mantém.
1.5.	Preparação de peles	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
1.6.	Criação de empresa / associação de exploração do conjunto das pequenas propriedades	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
1.7.	Renovar o olival	Tem-se assistido a uma renovação do olival, por iniciativa dos particulares. A substituição do olival tradicional por olival intensivo, carece de acompanhamento e definição de estratégias de produção e transformação, e de ordenamento e proteção da paisagem do olival.
1.8.	Dinamização / instalação de indústrias agro-alimentares	Criação do Núcleo Empresarial do Concelho de Sousel. Construção do Centro de Apoio às Micro-Empresas com 5 ateliers e o Espaço Comum na Zona Industrial de Sousel.
Vetor 2: Turismo		
2.1	Criação do Museu Municipal de Sousel	O projeto Museu Municipal foi readaptado para Museu dos Cristos, que neste momento se encontra em obra.
2.2.	Sousel - "A capital da caça" 12 meses por ano	Não foi executado.
2.3.	Criação da Escola de Equitação	Não foi executado.
2.4.	Criação de Roteiros Turísticos	Rota das Igrejas (em projeto).
2.5.	Criação de uma rede museológica distrital	Não foi executado.
2.6.	O regresso das paredes brancas	Readaptado à iniciativa "Caiando a Nossa Terra", em vigor desde 2017.
2.7.	Ecopista na linha-férrea	Projeto a nível distrital, integrado na candidatura da CIMAA ao PT 2020, ainda não executado.
2.8.	Festas tradicionais - manter a identidade	As festas tradicionais de verão são competência das freguesias e/ou das associações que as organizam e executam. A CMS tem apoiado. Até ao momento todas se têm realizado.

(cont.)

VETORES ESTRATÉGICOS		GRAU DE EXECUÇÃO EM MARÇO DE 2018
Vetor 3: Apoio ao tecido empresarial e melhorar a competitividade do território do concelho		
3.1.	Apoio à instalação de pequenas e médias empresas	Construção do Centro de Apoio às Micro-Empresas com 5 ateliers e um Espaço Comum na Zona industrial de Sousel Criação do Núcleo Empresarial do Concelho de Sousel.
3.2.	Competitividade - inovar e promover I&D	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
3.3.	Dinamização do Gabinete de apoio ao desenvolvimento económico - GADE	Foi concretizado e continua em funcionamento.
3.4.	Criação de um gabinete de apoio ao município	Não foi executado.
3.5.	Criação da associação empresarial do concelho de Sousel	Foi criado o Núcleo Empresarial do Concelho de Sousel.
Vetor 4: Educação. Formação, qualificação das pessoas para a vida activa em Sousel		
4.1.	Articular as ações de formação às necessidades reais do concelho	Oferta de cursos profissionais: Turismo Ambiental e Rural; Desporto; Saúde; turma mista (saúde + turismo + indústria); misto vocacional (turismo + indústrias alimentares, último ano).
4.2.	Promoção do ensino de qualidade	Adequação de oferta formativa às necessidades da região.
4.3.	Biblioteca on-line	Não foi concretizado.
4.4.	Promoção de protocolos com entidades de ensino e formação	Os protocolos envolveram as seguintes entidades: o IPP-Instituto Politécnico Portalegre; EANA-Escola Artes Norte Alentejano; Associação de Pais; Agrupamento de Escolas e CMCS-Comissão Melhoramentos Concelho de Sousel.
4.5.	Espaços de encanto	Não foi desenvolvido.
4.6.	Construção da nova escola - escola eficiente	Construção do Centro Escolar.
Vetor 5: Resolver os problemas ambientais		
5.1.	Conclusão do saneamento básico	100% concluída.
5.2.	Resolução dos problemas ambientais dos lagares e explorações de gado	75% resolvido.
5.3.	Promoção das práticas de reciclagem - Construção de ecocentro	Não foi executado.
5.4.	Preservação da biodiversidade e proteção do espaço natural	Não foram desenvolvidas estratégias de apoio.
5.5.	Despoluição dos ribeiros e requalificação das suas margens	Limpeza de ribeiros em 80%, conforme necessidade.
5.6.	Energias alternativas - uma aposta no futuro	Colocação de caldeira de aquecimento a <i>pellets</i> na Escola de Cano, Centro Escolar de Sousel e Complexo Desportivo de Sousel (piscina coberta e pavilhão gimnodesportivo). Colocação de painéis Solares no Campo de Futebol de Sousel, no Complexo Desportivo de Sousel (piscina coberta e pavilhão gimnodesportivo) e no Centro Escolar de Sousel.

Fonte: Câmara Municipal de Sousel.

📌 Plano Operacional de Turismo de Sousel

O Plano Operacional de Turismo de Sousel, elaborado em 2012, estabelece uma visão e estratégia para o futuro turístico de Sousel, seguindo as linhas orientadoras do Plano Operacional de Turismo do Alentejo, elaborado em 2010.

A elaboração do *Plano Operacional de Turismo de Sousel em 2012* respondeu à necessidade de definir uma estratégia de desenvolvimento turístico para o concelho num contexto de

crescimento desta atividade no País e na Região, envolvendo todos os serviços públicos, agentes económicos, sociais e culturais, alinhada com a estratégia regional.

A aposta feita no turismo cinegético aquando da elaboração do PDM, em torno da qual surgiram iniciativas como a criação da primeira reserva de caça turística do país – a Enasel, a Fescaça, a criação da Pousada, trouxe notoriedade ao concelho associando-o a esta vertente turística. Contudo, o desenvolvimento esperado não ocorreu, a proposta do PDM de criação do Hipódromo, também associado a esta fileira, não chegou a concretizar-se e hoje esta especialização tem fraca expressão.

Planos em fase de elaboração

Neste momento encontram-se em elaboração os seguintes instrumentos:

- Plano de Intervenção em Espaço Rural, com incidência na Serra de S. Bartolomeu, mais precisamente na área de exploração e expansão da Pedreira ativa.
- Paisagem Protegida de Âmbito Local – Olival da Serra de S. Miguel.

4.3. Avaliação dos níveis de coordenação interna e externa

Coordenação interna

Não existe um serviço ou técnico responsável pela implementação do PDM, pela sua coordenação interna e articulação com outros instrumentos de planeamento municipal de carácter setorial.

A Divisão mais envolvida na implementação do PDM é a Divisão de *Urbanismo, Ambiente, Qualidade e intervenção*, principalmente os setores de Gestão Urbanística e de Planeamento. O Gabinete Técnico, criado durante o período de vigência do PDM com recursos qualificados, veio reforçar a capacidade dos serviços municipais no domínio da gestão urbanística, execução de projetos e acompanhamento de obra.

O PDM tem sido utilizado quase exclusivamente como um instrumento para o licenciamento, e menos como documento de desenvolvimento estratégico e operacional do território. A desatualização do PDM tem sido em grande parte responsável pela sua desvalorização e utilidade na compatibilização das políticas e opções municipais, o que reforça a necessidade da sua revisão.

Coordenação externa

O Município tem obtido bons níveis de coordenação das suas políticas e investimentos no plano sub-regional, designadamente com a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, através do

seu envolvimento em projetos ou planos intermunicipais nos domínios do turismo, promoção da eficiência energética e gestão de resíduos sólidos urbanos e economia social.

A criação da Plataforma Intermunicipal Alto Alentejo XXI com o objetivo de preparar o ciclo de investimentos no âmbito do Portugal 2020, e posteriormente a elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e do Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial – Investimentos Territoriais Integrados do Alto Alentejo, deram origem a documentos de natureza estratégica e propostas concertadas para a sub-região do Alto Alentejo e para cada um dos municípios.

Destaca-se também a participação do Município nas seguintes iniciativas conjuntas promovidas pela CIMAA, com a obtenção de ganhos de eficiência:

- Elaboração de cartografia atualizada e homologada pela DGT, no âmbito do procedimento desencadeado pela CIMAA, para os Municípios do Alto Alentejo.
- Estudo desenvolvido pela CIMAA e Universidade de Évora para a redefinição das áreas a integrar na Reserva Ecológica Nacional, à escala 1/10.000 e de acordo com o novo Regime Jurídico.

No que respeita aos níveis de coordenação externa com os agentes e atores com intervenção no concelho, visando a implementação de projetos e iniciativas que concorram para a boa execução do PDM e das políticas municipais e respetivos instrumentos, destacam-se os esforços desenvolvidos para a resolução de situações que têm exigido a concertação de interesses e/ou mobilização de atores, tais como:

- A elaboração do PIER da Serra de S. Bartolomeu, promovido pela empresa que explora a Pedreira da Pragosa, que deverá permitir a resolução do conflito entre a exploração da Pedreira e as regras de ocupação do solo estabelecidas no PDM.
- A criação da Paisagem Protegida de Âmbito Local – Olival da Serra de S. Miguel, no âmbito da qual a concertação do interesse público e dos interesses privados tem dificultado e adiado a aprovação do Regulamento.

Como aspetos menos positivos ao longo da vigência do PDM, são de referir:

- A insuficiente coordenação e planeamento intermunicipal na programação de alguns equipamentos coletivos construídos, de que são exemplo o Centro Cultural e as Piscinas. A (reduzida) dimensão demográfica do concelho e os custos de funcionamento e manutenção dos equipamentos aconselham um maior investimento na programação intermunicipal.

- A dificuldade de implementar estratégias e medidas para a valorização das produções locais e o desenvolvimento das indústrias agroalimentares, que envolvam os produtores locais. O grau de execução das medidas da Agenda 21 Local (no que respeita ao Vetor 1- Valorização dos produtos agrícolas e reforçar a ligação à indústria agro-alimentar), reflete esta situação.

A fragilidade da comunidade local e a forte dependência do investimento municipal, justificam também a menor exigência e menores níveis de coordenação externa obtidos na implementação de políticas e projetos.

5. ESTRATÉGIA PRELIMINAR DE ORGANIZAÇÃO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA O MUNICÍPIO

O PDM tem como objetivo definir a Estratégia de desenvolvimento e o Modelo territoriais, em particular, os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, tendo em conta:

- os objetivos estratégicos de desenvolvimento para o concelho; e
- as opções estratégicas de organização e desenvolvimento territorial que viabilizem a estratégia de desenvolvimento concelhio, enquadradas pelos referenciais orientadores e diretrizes de âmbito nacional e regional que balizam e devem orientar a revisão do PDM, entre os quais se destacam o PNPOT e o PROT do Alentejo;

As alterações das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, bem como do enquadramento legal e estratégico para a elaboração do PDM exposto no Ponto *“Necessidade de adequação ao novo quadro legal e estratégico para a elaboração de Planos Territoriais e do PDM de Sousel, em particular”*, colocam novas exigências e desafios ao nível do desenvolvimento territorial, dos processos de planeamento e de gestão do território.

O concelho de Sousel confronta-se atualmente com os efeitos do declínio económico, do despovoamento e acentuada erosão do seu potencial demográfico ao longo das últimas décadas, da periféricidade no espaço nacional e regional e, simultaneamente, com as ameaças da pressão sobre os recursos naturais, principalmente hídricos, e da desertificação.

O PDM de Sousel deverá constituir uma resposta, em termos de organização, ordenamento e desenvolvimento territorial, aos principais desafios da sustentação económica, social e ambiental, num território de baixa densidade. Na ausência de uma estratégia integrada e atualizada de desenvolvimento para o Concelho, consideram-se os seguintes principais desafios e objetivos gerais que deverão estar subjacentes à estratégia de desenvolvimento territorial:

- O desenvolvimento da base económica local e a criação de emprego de forma sustentável, objetivo determinante para inverter a tendência de regressão demográfica e para garantir a regeneração da base social e a criação de riqueza. Para tal, será fundamental a criação de condições para a instalação de empresas e a atração de investimento, acompanhadas da valorização das produções agrícolas e pecuárias e do desenvolvimento da cadeia de valor da fileira agro-alimentar, a modernização do sistema produtivo, dos serviços e espaços económicos.

O turismo, constitui uma oportunidade de desenvolvimento reconhecida. O aproveitamento e valorização dos ativos do território com impacto na economia local e na criação de emprego deverá ocupar um lugar central na estratégia de desenvolvimento do Concelho. A elaboração do *Plano Operacional de Turismo de Sousel em 2012* confirma a relevância atribuída a esta atividade no desenvolvimento da base económica, destacando-se a aposta no turismo cinegético e de lazer em espaço rural/de natureza.

- A melhoria do quadro de vida da população, fundamental para assegurar a coesão social e territorial. Estão em causa: a qualificação urbana dos aglomerados; o acesso à habitação e aos serviços gerais de acordo com padrões de referência atuais e segundo princípios de racionalidade e sustentabilidade das redes de equipamentos e serviços; as condições de acessibilidade e sistemas de mobilidade diferenciados, adequados aos territórios de baixa densidade; ...).
- A proteção e valorização da identidade territorial. Trata-se de assumir os valores de identidade territorial urbana e rural - o património construído e natural, a paisagem, a arquitetura e estrutura urbana dos aglomerados, como um importante capital próprio, enquanto fatores de diferenciação e competitividade do território.

Objetivos de organização, ordenamento e desenvolvimento territorial

A Revisão do PDM de Sousel deverá criar as condições de atratividade e competitividade do território que contribuam para responder aos desafios e objetivos gerais de desenvolvimento concelhio e a adaptação do sistema produtivo às oportunidades de mercado, de acordo com princípios de racionalidade, sustentabilidade do território - ambiental, económica e social, e de eficiência na utilização e gestão de recursos, na qualificação e infraestruturação do território.

Os objetivos de organização, ordenamento e desenvolvimento territorial, a considerar na Revisão do PDM, são os seguintes, sem prejuízo de virem a ser aprofundados e ajustados, através de um processo de reflexão e participação alargada, aberta à sociedade civil e com as forças vivas do concelho:

- Reclassificação do solo conducente à redução dos perímetros dos aglomerados urbanos e do ajustamento das categorias e classes de espaços às dinâmicas de ocupação. A extensão dos atuais perímetros urbanos e, principalmente, dos espaços industriais, é desadequada face à ocupação urbana atual e à ausência de perspetiva de dinâmicas de ocupação que o justifiquem. Este objetivo deverá estar presente na definição da estratégia e modelo territoriais do PDM de Sousel, como princípio de sustentabilidade,

evitando custos de infraestruturação, dispersão do edificado e expansão urbana. Este objetivo contribui para a manutenção do tipo de povoamento concentrado, tradicional no concelho.

As perspetivas da redução do consumo e da eficiência energética com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, deverão ser consideradas nas opções de povoamento, de desenvolvimento urbano e de reclassificação do solo.

- Afirmção e reforço de Sousel, Sede de Concelho, enquanto Centro Complementar no quadro do sub-sistema urbano do Alto Alentejo. Estes Centros, fundamentais para a sustentação dos territórios de baixa densidade, desempenham um importante papel de suporte à coesão territorial. Para tal, importa:
 - criar condições para o desenvolvimento das funções urbanas e serviços gerais e económicos, fundamentais e de suporte à população e à economia local, em particular à economia rural (em vias de terciarização) e ao turismo;
 - consolidar as redes de equipamentos e serviços de proximidade numa perspetiva de polivalência e concertação intermunicipal na gestão de recursos, e garantir padrões satisfatórios de qualidade urbana e ambiental.

A estratégia de qualificação e desenvolvimento urbano de Sousel, deverá passar pela elaboração do Plano de Urbanização de Sousel, dando também cumprimento à orientação da proposta do PNPOT que afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos Planos de Urbanização e pela reabilitação e regeneração urbanas, em coerência com as ARU delimitadas.

- Manutenção da rede urbana policêntrica, como forma de combater o despovoamento e evitar o povoamento isolado ou o crescimento de aglomerados de muito pequena dimensão. O concelho dispõe de uma rede de aglomerados urbanos equilibrada, a reforçar, dando prioridade à reabilitação e regeneração urbana e à qualificação de funções fundamentais, de suporte ao desenvolvimento das atividades económicas e de lazer no espaço rural envolvente e salvaguardando a identidade dos espaços rurais.
- Ordenamento do espaço agrícola e florestal, fundamental para promover a sua multifuncionalidade e sustentabilidade, a prevenção de riscos e a preservação da identidade paisagística, em particular, da paisagem do olival tradicional.

A definição de regras de uso e ocupação do solo rústico é também fundamental para garantir a qualidade e originalidade das produções agropecuária e florestal (em particular do olival e do montado) e para o desenvolvimento da fileira agroalimentar,

determinantes da base económica local e com perspetivas de crescimento. O turismo cinegético e de natureza, também com potencialidades de desenvolvimento, deverão beneficiar igualmente de um correto ordenamento e uso destes espaços.

Também de referir a necessidade de articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento e proteção da floresta e da identidade paisagística do concelho, construindo um edifício de planeamento e gestão do território mais integrado e que responda melhor aos desafios territoriais (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Proposta de criação da Paisagem Protegida de Âmbito Local – Olival da Serra de S. Miguel).

- Proteção e valorização dos recursos naturais e ambientais, através de uma correta regulamentação do uso e ocupação do solo e de medidas específicas de proteção, da adoção de práticas agrícolas e florestais sustentáveis e da promoção de atividades que valorizam e protejam as características dos espaços naturais e das espécies protegidas. Os recursos naturais e ambientais (recursos hídricos, solo, espaços naturais e espécies protegidas) constituem um capital territorial de grande importância, cuja proteção e valorização é fundamental para o combate à desertificação e para o desenvolvimento sustentável do sector agro-florestal, determinante da base económica local e do turismo cinegético e de lazer em espaço rural/natureza. Em causa estão:

- a conservação e proteção dos recursos hídricos superficiais e do aquífero Cano-Estremoz. Trata-se de promover o uso eficiente da água para os vários fins (abastecimento urbano, agricultura...), controlar as fontes de poluição e potenciar as infraestruturas de armazenamento de água superficial;
- a preservação da qualidade do solo, fundamental para o sistema produtivo e o desenvolvimento da base económica local;
- a recuperação e valorização das áreas de exploração de inertes;
- a promoção da biodiversidade, proteção e valorização de espaços naturais e de espécies autóctones;
- a prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, em particular, àqueles com maior incidência no território concelhio (riscos de desertificação, de secas e cheias, alterações ao ciclo hidrológico...), através da definição de medidas adequadas.

- a gestão dos resíduos, com um importante papel na preservação dos recursos naturais e na minimização dos impactes negativos sobre a saúde, embora sem reflexos territoriais no modelo do sistema ambiental.